



MINISTÉRIO DA DEFESA
Esplanada dos Ministérios, Anexo I ao Bloco O, 2º andar, sala 219, CEP: 70049-900
Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF
Telefone: (61) 2023-5422 - E-mail: nupreg@defesa.gov.br

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 29/2020

PROCESSO Nº 60220.000554/2019-62

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Ministério da Defesa (MD)/Departamento de Administração Interna (DEADI), por meio da Coordenação de Licitações (COLIC), sediado na Esplanada dos Ministérios, Anexo I do Bloco "O", sala 219, Plano Piloto, Brasília-DF, CEP 70052-900, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, modo de **DISPUTA ABERTO** com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, com regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **06 de outubro de 2020**.

Horário: **9 horas**.

Local: **Portal de Compras do Governo Federal** – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de serviço de comunicação de dados fim-a-fim, com garantia de banda, para uma rede corporativa – a Rede Operacional de Defesa (ROD) – de longa distância de abrangência nacional, provido sobre uma rede IP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

2.1.1. Dotação Orçamentária de 2020:

2.1.2. Órgão/Unidade 52101 - Ministério da Defesa;

2.1.3. Programa de Trabalho do MD 05.122.0032.2000.0001 – Administração da Unidade;

2.1.4. Natureza de Despesa: 33.90.40-13: Comunicação de Dados.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- 4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.2.7. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).
- 4.2.7.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.
- 4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 4.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
- 4.4. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 4.4.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);
- 4.5. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 4.6. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.6.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4.6.2.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.6.4. que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.6.5. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.6.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.6.7. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.6.8. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.6.9. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos (**conforme item 9 deste Edital**), **PROPOSTA COM A DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO E O PREÇO**, bem como, **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA (COMPOSIÇÃO DE CUSTOS - Apêndice XI do Anexo I deste Edital)**, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio desse documento.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Valor unitário e total.
- 6.1.2. **A Proposta será preenchida em conformidade com o “Modelo da Proposta de Preços” constante no Anexo II deste Edital.**
- 6.2. Descrição detalhada do objeto, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente;
- 6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital.

6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.8.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.3. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito no Sistema de Compras Governamentais – CATMAT/CATSER e as especificações constantes deste Edital prevalecerão as do Anexo I do Termo de Referência.

7.4. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.4.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.7.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL**.

7.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.9. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.10. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,05% (zero vírgula zero cinco por cento)**.

7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. Ao formular seu lance, o licitante deverá evitar que os valores unitários e totais extrapolem o número de duas casas decimais após a vírgula. Caso isto ocorra, o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto realizando arredondamentos a menor, no valor cotado.

7.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.21. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.24. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.25. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.26. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.28. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28.1. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.28.1.1. prestados por empresas brasileiras;

7.28.1.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País ;

7.28.1.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.1.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2. Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Pregoeiro deverá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

8.2.1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006 (Acórdão 2134/2013 Plenário).

8.3. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.4. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **2 (duas horas)**, contado da solicitação do Pregoeiro, com os respectivos valores adequados ao lance vencedor e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.5. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.6. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.6.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.6.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.6.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.6.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n. 1455/2018- TCU- Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.6.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.6.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.6.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.8. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.9. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, conforme previsto no § 9 do art. 26 do Decreto 10.024/19, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.11.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5. **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, que resulta da aplicação de penalidade com base na Lei nº 12.846, de 2013** (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>)

9.1.6. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas pelos subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4 e 9.1.5 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.7.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.7.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.7.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.8. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.9. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.4.1. Havendo a solicitação de documentos não-digitais, serão aceitos, para tais fins, documentos apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

9.4.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldompeendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

9.8.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.3 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.4. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.10.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.11.1. comprovação de aptidão para o fornecimento dos serviços em características da solução objeto do Termo de Referência, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com os itens pertinentes, por meio da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

9.11.2. no(s) Atestado(s) devem estar explícitos:

9.11.2.1. CNPJ e nome da licitante;

9.11.2.2. a identificação da pessoa jurídica que está fornecendo o Atestado;

9.11.2.3. o responsável pelo setor encarregado do objeto em questão;

9.11.2.4. a especificação dos serviços executados ou em execução; e

9.11.2.5. nome completo, telefone e assinatura do responsável pela sua emissão.

9.11.3. poderá ser necessário diligenciar a Pessoa Jurídica indicada no Atestado de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre o serviço prestado;

9.12. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

9.12.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.12.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.12.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.12.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.12.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.12.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.12.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.13. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcios, serão observadas as seguintes exigências:

9.13.1. comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, **conforme o anexo IV do Edital**, subscrito pelas empresa que dele participarão, com indicação da empresa-líder, que deverá possuir amplos poderes representar os consorciadas no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

- 9.13.2. apresentação de documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;
- 9.13.3. comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida neste edital;
- 9.13.4. demonstração, pelo consórcio, pelo somatório de valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste edital, para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;
- 9.13.4.1. Quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequena empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira;
- 9.13.5. responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;
- 9.13.6. obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras;
- 9.13.7. constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato;
- 9.13.7.1. **As empresas partícipes do consórcio deverão registrar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da Homologação do certame, o instrumento de consórcio, bem como todas as alterações e aditivos.**
- 9.13.8. proibição de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.
- 9.14. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 9.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.15.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.
- 9.17. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 11.2.3. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 13.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.
- 13.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

13.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

13.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

13.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

13.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

13.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

13.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

13.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

13.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

13.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

13.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

13.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

13.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

13.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

13.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

13.12. Será considerada extinta a garantia:

13.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

13.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

13.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

13.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de **10 (dez) dias úteis**, úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.4. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

14.4.1. contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.4.2. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

14.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze meses)**, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no Termo de Referência.

14.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

14.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15. DO REAJUSTE EM SENTIDO GERAL

15.1. os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

15.1.1. dentro do prazo de vigência do contrato, o reajuste deve ser automático e periodicamente realizado, **de Ofício pela Administração Contratante, aplicando-se o do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), estabelecido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)**, ou de outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.2. nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.3. no caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.4. nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.5. caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.6. na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.7. o reajuste será realizado por apostilamento.

16. DA FISCALIZAÇÃO

16.1. a fiscalização da prestação dos serviços será exercida pela Equipe de Fiscalização do Contrato e pelo Gestor do Contrato, devidamente nomeados, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA, Art. 67 da Lei n.º 8.666/93, com suas alterações

16.2. o encaminhamento das notificações de correção à CONTRATADA, estão a cargo do Gestor do Contrato ou, por delegação de competência, do Fiscal Técnico do Contrato;

16.3. a fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, Art. 70 da Lei n.º 8.666/93, com suas alterações;

16.4. Conforme inciso I do artigo 31 da Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, deverá ser realizada reunião inicial com participação dos Fiscais do Contrato, do Representante Legal da CONTRATADA e demais intervenientes identificados; e

16.5. conforme alínea “b” do inciso I do artigo 31 da Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, a pauta da reunião mencionada acima contemplará a entrega, por parte da CONTRATADA, dos Termos de Compromisso e de Responsabilidade nos casos em que se apliquem.

16.6. o MD, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto contratado;

16.7. a gestão e fiscalização contratual, será exercida por servidores qualificados para exercício dos seguintes papéis:

16.8. **Gestor do Contrato:** servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;

16.9. **Fiscal Técnico do Contrato:** servidor representante da Área de TI, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato;

16.10. **Fiscal Administrativo do Contrato:** servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos;

16.11. **Fiscal Requisitante do Contrato:** servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional da Solução de Tecnologia da Informação; e

16.12. a gestão do contrato será exercida por servidores a serem designados para os papéis acima relacionados por intermédio de portaria própria, emitida pelo Departamento de Administração Interna (DEADI), a ser publicada logo após a assinatura do contrato.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

17.1.1. são deveres e responsabilidades do CONTRATANTE:

17.1.1.1. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do TR, do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

17.1.1.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRTADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

17.1.1.3. exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

17.1.1.4. notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

17.1.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

17.1.1.6. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, conforme o disposto no art. 30 da IN. 01/2019;

17.1.1.7. encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de OFBS, de acordo com os critérios estabelecidos no TR, observando-se o disposto no arts. 18 e 32 da IN. 01/2019;

17.1.1.8. receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas, observando o disposto no art. 19 da IN. 01/2019;

17.1.1.9. realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

17.1.1.10. cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

17.1.1.11. notificar por escrito à CONTRATADA a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o contraditório e a ampla defesa;

17.1.1.12. aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

17.1.1.13. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

17.1.1.14. comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;

17.1.1.15. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

17.1.1.16. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração; e

17.1.1.17. a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela vencedora do certame com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da vencedora do certame, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

17.2.1.1. cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

17.2.1.2. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento e em seus apêndices, acompanhado da respectiva documentação, constando a marca, fabricante, modelo, procedência, entre outras informações necessários ao pleno conhecimento dos materiais que compõem a Solução;

17.2.1.3. executar os serviços conforme especificações deste TR e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para o correto funcionamento da Solução prevista neste TR e em sua proposta;

17.2.1.4. indicar formalmente PREPOSTO apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

17.2.1.5. atender prontamente a quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

17.2.1.6. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

17.2.1.7. A Contratada deverá reparar os danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros pelos os quais tenha sido responsabilizada diretamente por culpa ou dolo de seu representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE, garantida a sua ampla defesa;

17.2.1.8. vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

17.2.1.9. propiciar todos os meios e facilidades necessários à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pelo CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

17.2.1.10. quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos, quando aplicáveis: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

17.2.1.11. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.2.1.12. manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação (quando especificada);

17.2.1.13. comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

17.2.1.14. prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

17.2.1.15. paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

17.2.1.16. promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

17.2.1.17. promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

17.2.1.18. submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

17.2.1.19. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

17.2.1.20. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.2.1.21. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

17.2.1.22. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal ou estadual, as normas de segurança do CONTRATANTE;

17.2.1.23. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

17.2.1.24. acatar, nos termos do parágrafo 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93, as solicitações do CONTRATANTE para acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto contratado;

17.2.1.25. abster-se, de qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE;

17.2.1.26. demonstrar que possui mecanismos que assegurem a segurança das informações da Administração Central do Ministério da Defesa por ela acessadas direta ou indiretamente (acesso aos ativos que contêm informações) e cumprir o disposto na POSIC quando aplicável;

17.2.1.27. manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do contrato, conforme art. 17, inciso I, alínea "g" da IN. 01/2019;

17.2.1.28. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e

17.2.1.29. o MD não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

18. DO PAGAMENTO

18.1. Procedimentos para Emissão da Nota Fiscal e Pagamento:

18.1.1. o pagamento será efetuado mensalmente, vinculado à emissão de fatura/nota fiscal relacionando os serviços prestados para cada enlace/PP no período anterior, cujo início dar-se-á com a emissão dos respectivos TRD, com a implantação desses pontos de presença solicitados por intermédio de OFBS, conforme modelo constante do Apêndice II – Ordem de Fornecimento de Bens ou Serviços, emitida em moeda corrente nacional, após a efetiva entrega da demanda;

18.1.2. O prazo será contado a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.1.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.1.4. o atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, a qual deve ser encaminhada com relatório contendo as medições de todos os NS;

18.1.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

18.1.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.1.6.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.1.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.1.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.1.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.1.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.1.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.1.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.1.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.1.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante

18.1.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.1.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.1.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-----------------	--

18.1.16. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

18.1.17. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME no 53, de 8 de Julho de 2020.

18.1.17.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL01, de 18 de maio de 2020.

18.1.17.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME no 5, de 2017, caso aplicáveis.

18.2. Do Pagamento - (IN. 01/2019, art. 19, inciso V)

18.2.1. Por tratar-se de prestação de serviços de caráter continuado, os pagamentos serão realizados mensalmente por PP implantado, aglutinados em nota fiscal mensal única, com o faturamento inicial contado a partir da data de emissão do TRD de cada um desses PP, conforme item 15 do cronograma constante do item 6.1.4.1 da Seção 6 e item 7.5 da Seção 7, ambos deste documento.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

19.1.3. apresentar documentação falsa;

19.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.6. não mantiver a proposta;

19.1.7. cometer fraude fiscal;

19.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

- 19.1.9. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 19.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 19.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 19.3.2. Multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 19.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **Ministério da Defesa** e com suas unidades administrativas, **por até 2 (dois) anos**.
- 19.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 19.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 19.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 19.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 19.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 19.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 19.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 19.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 19.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 19.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica pelo e-mail nupreg@defesa.gov.br.
- 20.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 20.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 20.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 20.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 20.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.5. **É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo (§ 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93).**
- 21.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.9. **É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, qualquer interessado, a obtenção de cópia, mediante o pagamento dos emolumentos devidos, via GRU (art. 32, § 5º da Lei nº 8.666/93, Decreto nº 4.950, de 9 de janeiro de 2004 e IN nº 2, de 22 de maio de 2009, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)).**
- 21.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.13. Este Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br e www.defesa.gov.br/licitacoes-e-contratos e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco "O", sala 219, 2º andar - Anexo do Ministério da Defesa, Coordenação de Licitações (COLIC), Plano Piloto, Brasília-DF, nos dias úteis, no horário das 9h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.14.1. Anexo I ao Edital - Termo de Referência;

21.14.1.1. Apêndice I ao Termo de Referência - Acordo de Níveis de Serviço;

21.14.1.2. Apêndice II ao Termo de Referência - Modelo de Ordem de Fornecimento de Bens ou Serviços;

21.14.1.3. Apêndice III ao Termo de Referência - Modelo de Termo de Recebimento Provisório;

21.14.1.4. Apêndice IV ao Termo de Referência - Modelo de Termo de Recebimento Definitivo;

21.14.1.5. Apêndice V ao Termo de Referência - Modelo de Termo de Encerramento Contratual;

21.14.1.6. Apêndice VI ao Termo de Referência - Modelo de Termo de Compromisso;

21.14.1.7. Apêndice VII ao Termo de Referência - Modelo de Termo de Ciência;

21.14.1.8. Apêndice VIII ao Termo de Referência - Estudo Técnico Preliminar;

21.14.1.9. Apêndice IX ao Termo de Referência - Termo de Responsabilidade;

21.14.1.10. Apêndice X ao Termo de Referência - Termo de Confidencialidade;

21.14.1.11. Apêndice XI ao Termo de Referência - Composição de Custos;

21.14.2. Anexo II ao Edital - Modelo de Proposta de Preços; e

21.14.3. Anexo III ao Edital - Minuta do Termo de Contrato.

21.14.4. Anexo IV - Termo de compromisso público ou particular de constituição de consórcio.

FERNANDO SIQUEIRA RODRIGUES
Diretor do Departamento de Administração Interna - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Siqueira Rodrigues, Diretor(a), substituto(a)**, em 23/09/2020, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **2718714** e o código CRC **2432ED66**.

ANEXO I ao Edital

TERMO DE REFERÊNCIA

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019

1 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, ART. 13)

Contratação de serviço de comunicação de dados fim-a-fim, com garantia de banda, para uma rede corporativa – a Rede Operacional de Defesa (ROD) – de longa distância de abrangência nacional, provido sobre uma rede IP.

1.1 Bens e serviços que compõem a solução

Item	Descrição	QTDE.	CATSER	VALOR ANUAL
1	Contratação de serviço de comunicação de dados fim-a-fim, com garantia de banda, para uma rede corporativa – Rede Operacional de Defesa (ROD) – de longa distância (WAN) de abrangência nacional, provido sobre uma rede IP.	1	26492	R\$ 5.226.732,57

2 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC – (IN. 01/2019, ART. 14)

2.1 – Rede IP VPN da ROD

A solução pretendida para a ROD, o qual trata o presente objeto, é uma rede privada virtual IP, denominada, para fins de simplificação, Rede IP VPN, a qual pode ser provida sobre uma rede IP pública, transparecendo para o CONTRATANTE uma rede que assentará uma comunicação de dados fim-a-fim entre Pontos de Presença (PP), com garantia de banda.

A Rede IP VPN conterá os Pontos de Presença (PP) listados na Tabela 2.1, com respectivos endereços e taxas de dados full duplex.

Tabela 2.1. PP e endereços de instalação

Nr	Força	Pontos de Presença	PP	/	Endereço da extremidade	Veloc
----	-------	--------------------	----	---	-------------------------	-------

ordem			BORDA		(Mbps)
1	PR	Presidência da República	PP	Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes - Brasília/DF CEP 70150-900 Telefone: (61) 3411-1221	50
2	MD	Ministério da Defesa (MD)	PP	Esplanada dos Ministérios, bloco Q , Brasília/DF, 70049-900 Telefone: (61) 3312-4000	1000
3		Escola Superior de Guerra (ESG-MD)	PP	Av. João Luiz Alves, s/n - Urca, Rio de Janeiro - RJ, 22291-090 Telefone: (21) 3545-9889	50
4	MB	Comando da Marinha	PP	Esplanada dos Ministérios, Asa Norte, Brasília/DF CEP: 70297-400 Telefone: (61) 3429-1174	50
5		Comando de Operações Navais (ComOpNav)	PP	Praça Barão de Ladário - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20091-000 Telefone: (21) 2104-7216 / 97685-3123	500
6		Comando do 1º DN - Rio de Janeiro	PP	Praça Mauá, 65, Centro Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20081-240 Telefone: (21) 2104-6161	50
7		Comando do 2º DN - Salvador	PP	Av. das Naus, s/nº - Comercio, Salvador - BA, 40015-270 Telefone: (71) 3507-3744	50
8		Comando do 3º DN - Natal	PP	R. Cel. Flaminio, s/nº - Santos Reis, Natal - RN, 59010-500 Telefone: (84) 3216-3024	50
9		Comando do 4º DN - Belém	PP	R. Carneiro da Rocha, s/nº - Cidade Velha, Belém - PA, 66023-110 Telefone: (91) 3216-4006	50
10		Comando do 5º DN - Rio Grande	PP	R. Alm. Garnier, 70 - Centro, Rio Grande - RS, 96201-260 Telefone: (53) 3233-6118	50
11		Comando do 6º DN - Ladário	PP	Av. 14 de Março - St. 1, Ladário - MS, 79370-000 Telefone: (67) 3234-1006	50
12		Comando do 7º DN - Brasília	BORDA	Esplanada dos Ministérios, bloco N Prédio Anexo, DF, 70055-900 Telefone: (61) 3429-1174	50
13		Comando do 8º DN - São Paulo	PP	Rua Estado de Israel nº 776 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP: 04022-002 Telefone: (11) 5080-4737	50
14		Comando do 9º DN - Manaus	PP	R. Bernardo Ramos, s/nº - Centro, Manaus - AM, 69005-310 Telefone: (92) 2123-2200	50
15		Centro de Tecnologia da Informação da Marinha (CTIM) - Posto de Enlace	BORDA	Rua 1º de Março, 118 - Edifício Barão de Ladário - Sobreloja - Centro CEP 20010-000 Telefone: (21) 2104-7090	500
16		Estação Rádio Marinha do Rio de Janeiro (ERM RJ) **	PP	Estrada Rio Jequia, s/nº, Ribeira, Ilha do Governador, Rio de Janeiro - RJ Cep 21930-007 - Tel (21)2126-5900	1000
17	EB	Comando do Exército	PP	QGEx Bl. A 4º Piso - Setor Militar Urbano - Brasília/DF CEP: 70630-100 Telefone: (61) 3415-6488	50
18		Comando de Operações Terrestres (COTER)	PP	QGEX BLOCO H, 55 SETOR MILITAR URBANO, SMU - Brasília, DF, 70655-775 Telefone: (61) 3415-5602	500
19		Comando Militar do Sudeste (CMSE)	PP	Av. Sgt Mário Kozel Filho, 222 - Paraíso São Paulo - SP CEP: 04005-903 Telefone (0xx11) 3888-5200	50
20		Comando Militar do Sul (CMS)	PP	Rua dos Andradas, 562 - Centro - Porto Alegre/RS - Brasil Cep 90029-900 Telefone: PABX: 51 3215.8400 e 51 3315.9000	50
21		Comando Militar do Leste (CML)	PP	Praça Duque de Caxias, 25 - 8º andar - Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20221-260 Telefones: (21) 2519-5214 (21) 2519-6114 (21) 2519-5224	50
22		Comando Militar do Nordeste (CMNE)	PP	BR 232 - Km 12 - Curado CEP 50950-000 Recife-PE Tel: (81) 2129-6100/6120 Fax: 2129-6197	50
23		Comando Militar da Amazônia (CMA)	PP	Av. Cel. Teixeira, 4715 - Ponta Negra CEP 69037-000 Manaus AM Tel: (92) 3659-1021/1010 Fax: 3659-1105	50
24		Comando Militar do Planalto (CMP)	PP	Quartel-General CMP/11ª RM - Av do Exército, s/nº - Bloco A - 3º andar SMU CEP 70630-903 - Brasília DF Tel: (61) 2035-2001/2003/2004/2005	50
25		Comando Militar do Oeste (CMO)	PP	Av. Duque de Caxias, 1628 CEP 79100-900 - Campo Grande - MS Tel: (67) 3368-4916 / 3361-7491 Fax: 3368-4001	50
26		Comando Militar do Norte (CMN)	PP	Rua João Diogo, 458 - Bairro Comércio CEP 66015-160 - Belém-PA Tel: (91)3211-3700 Fax: 3211-3704	50
27		Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx)	BORDA	Setor Militar Urbano - Brasília/DF CEP: 70630-100	500

28		2º Centro de Telemática de Área (2º CTA)	BORDA	Praça Duque de Caxias, 25 - Centro Rio de Janeiro - RJ CEP: 20221-260 Telefones: (21) 2519-5214/2519-6114/2519-5224	1000
29		Comando da Aeronáutica	PP	Esplanada dos Ministérios - Bloco M Brasília/DF CEP: 70095-900 Telefone: (61) 2023-2601	50
30		Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE)	PP	SHIS QI 05 - Área Especial 12 CEP 71.615-600 - Brasília , DF, Brasil Telefone: (61) 3364 7900	500
31		ALA 1 - Brasília	PP	Área Militar do Aeroporto Internacional de Brasília CEP 71607900 - Brasília, DF Telefone: PABX: (61) 3364-8000	50
32		ALA 2 - Anápolis	PP	BR 414 KM 4, Zona Rural Caixa Postal 811, CEP 75.024-970 - Anápolis , GO Telefone: (62) 3329-7553	50
33		ALA 3 - Canoas	PP	Rua Augusto Severo, nº 1700 - Bairro Nossa Senhora das Graças CEP 92110-390 - Canoas, RS Telefone: (51) 3462-5112	50
34		ALA 4 - Santa Maria	PP	Rodovia RSC 287, Km 240 Caixa Postal 341 CEP 97105-910 - Santa Maria, RS Telefone: (55) 3220-3331	50
35		ALA 5 - Campo Grande	PP	Av. Duque de Caxias, 2905 Bairro Santo Antônio CEP 79101900 - Campo Grande, MS Telefone: (67) 3368 3030	50
36		ALA 6 - Porto Velho	PP	Avenida Lauro Sodré, s/nº - Aeroporto Caixa Postal 76.803-260, CEP 76.803-260 - Porto Velho, RO Telefone: (69) 32119700	50
37	FAB	ALA 7 - Boa Vista	PP	Rua Valdemar Bastos de Oliveira, 2990 - Aeroporto CEP 69.301-108 - Boa Vista , RR Telefone: (95) 3194-1000	50
38		ALA 8 - Manaus	PP	Av. Rodrigo Otávio - nº 430 - Crespo CEP 69.073-177 - Manaus, AM Telefone: (92) 2129 1700	50
39		ALA 9 - Belém	PP	Rod Arthur Bernardes s/nº - Val-de-Cans CEP 66.115-000 - Belém, PA Telefone: (91) 3182-9466	50
40		ALA 10 - Natal	PP	Estrada da BANT s/nº - Emaús CEP 59148-900 - Parnamirim , RN Telefone: (84) 3644-7100	50
41		ALA 11 - Galeão	PP	Estrada do Galeão, s/nº - Ilha do Governador CEP 21.941-005 - Rio de Janeiro, RJ Telefone: (21) 2138- 4395	50
42		ALA 12 - Santa Cruz	PP	Rua do Império, s/nº CEP 23555-024 - Santa Cruz, RJ Telefone: (21) 3078 0345	50
43		Destacamento de Telecomunicações por Satélite (DTS) *	PP	SHIS QI 05 - Área Especial 12 CEP 71.615-600 - Brasília , DF, Brasil Telefone: (61) 3364 7900	1000
44		Destacamento de Controle do Espaço Aéreo e Telemática do Rio de Janeiro (DTCEA/TM)	BORDA	Av. General Justo, 160/5º andar - Castelo CEP 20.021-130 - Rio de Janeiro, RJ Telefone: (21) 2101 6466	1000

* Ponto central da rede (nó principal)

** Redundância do ponto central da rede (nó secundário)

2.2. Requisitos Gerais da Rede de Dados

A Rede IP VPN, objeto deste Termo de Referência (TR), deve atender aos seguintes requisitos gerais da rede de dados:

2.2.1. o objeto da presente contratação engloba a prestação de serviços de rede para transmissão digital de dados entre os PP elencados anteriormente ao longo do território nacional, incluindo hardware, software, enlaces de transmissão de dados, infraestrutura de cabeamento estruturado, projetos técnicos, instalação, configuração, testes, operação, suporte técnico e gerenciamento proativo de falhas e de desempenho, durante toda a vigência do contrato;

2.2.2. a solução, provida por intermédio da tecnologia de VPN IP, deverá ser implantada para suportar o tráfego de dados das aplicações da ROD, considerando os aspectos de segurança e de qualidade de serviço necessários.

2.2.3. a CONTRATADA deve fornecer serviços de comunicação de dados fim-a-fim, incluindo todos os equipamentos de processamento de dados e comunicação necessários Consumer Premise Equipment (CPE), a ser(em) instalado(s) no ambiente físico do CONTRATANTE, por meio de uma rede IP VPN com PP que permita a comunicação de longa distância nas Organizações Militares (OM) da ROD;

2.2.4. a solução implementada deverá ser ofertada por intermédio de **44 segmentos de redes privativas virtuais VPN (Virtual Private Networks)**, tendo cada segmento sendo denominado PP, com conexões em dupla abordagem nos PP ECB (principal) e no PP ERJ (secundário), conforme diagramado na Figura 2.1.

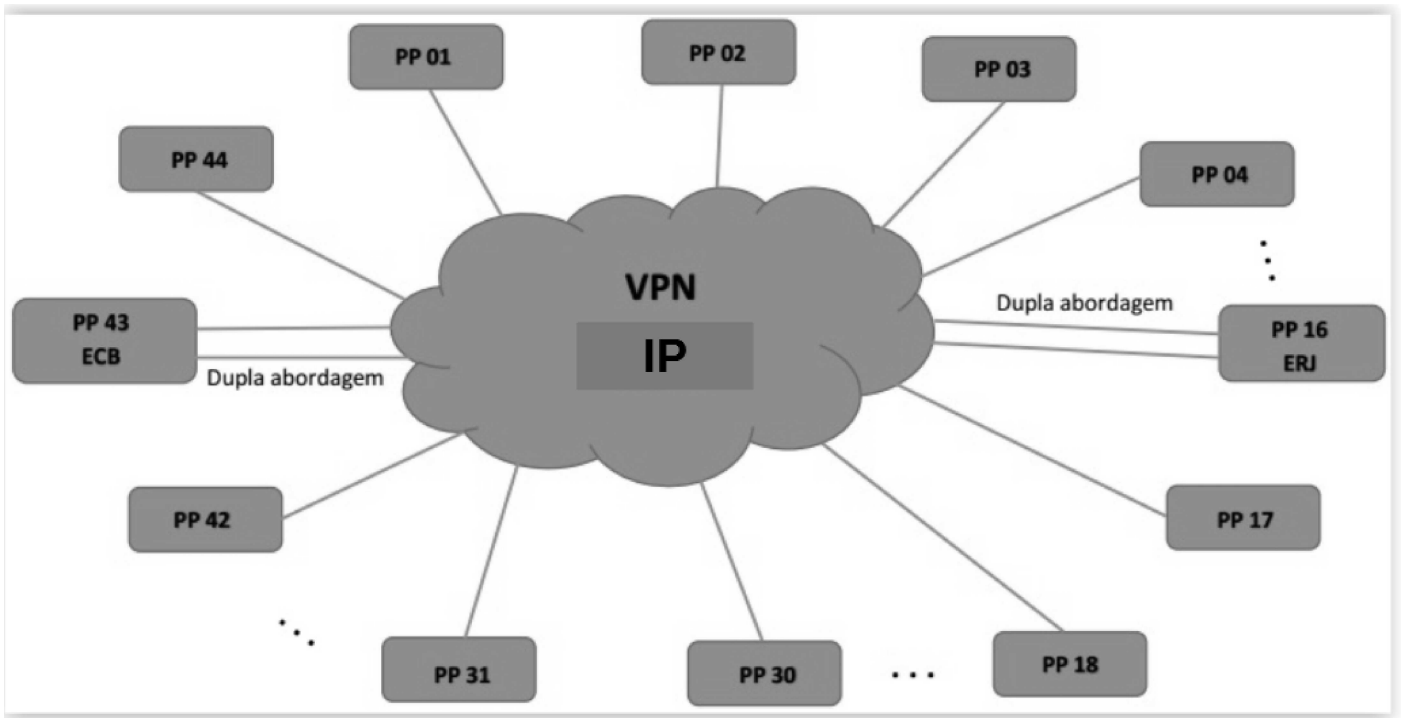


Figura 2.1. Design modular da rede

2.2.5. a CONTRATADA é responsável por fornecer e configurar todos os equipamentos de telecomunicações necessários à plena prestação dos serviços de comunicações de dados, incluindo os meios de transmissão, concentradores/multiplexadores e outros ativos de rede e de interfaceamento;

2.2.6. a CONTRATADA é responsável, também, por fornecer toda a infraestrutura física necessária para promover a interconexão entre a rede IP VPN e o ambiente de rede local das OM atendidas pelos PP, incluindo adaptadores, cabos, conectores, conversores de mídia, cordões ópticos e cabos coaxiais;

2.2.7. o CONTRATANTE é responsável, por sua vez, pelo fornecimento de energia elétrica, pelo aterramento da infraestrutura e da rede e pela climatização das dependências nas quais os PP devem ser instalados;

2.2.8. a CONTRATADA é responsável, em caso de falhas, pela manutenção e reposição das peças, dos equipamentos e da infraestrutura, no intuito de garantir os índices de disponibilidade e desempenho estabelecidos no Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço;

2.2.9. os PP da rede IP VPN devem ser providos por meios de comunicações que garantam a total conformidade com o previsto no Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço;

2.2.10. a topologia lógica de rede a ser implementada deverá ser do tipo estrela, com a ECB atuando como Ponto Primário e a ERJ como Ponto Secundário da rede IP VPN, conforme a Figura 2.2.

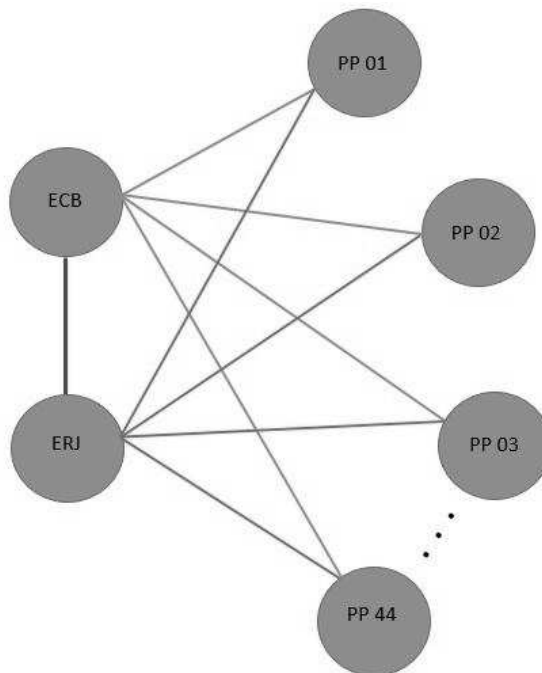


Figura 2.2. Topologia lógica da rede

2.2.12. os PP da ECB e da ERJ devem possuir dupla abordagem com a rede WAN, conectando-se ao backbone da rede da CONTRATADA em dois Provider Edge (PE) distintos e com acesso da última milha realizada através de caminhos físicos distintos e independentes;

2.2.13. em caso de incidentes em um dos enlaces de última milha ou em um dos PE, a conexão remanescente deve ter capacidade de estar devidamente configurado para assumir automaticamente todo o tráfego, não causando indisponibilidade de acesso à rede;

2.2.14. os PP, quando em operação por meio do enlace redundante, devem manter os níveis de serviços previstos no Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço;

2.2.15. os Pontos Primário e Secundário da rede IP VPN devem operar em high availability (HA) entre si, com balanceamento de carga em modo ativo-ativo, a fim de obter um melhor desempenho da rede, de forma que uma eventual falha não comprometa o funcionamento e a comunicação de nenhum dos ativos do CONTRATANTE;

2.2.16. em caso de incidentes em um dos Pontos Principal (ECB) ou Secundário (ERJ) da rede IP VPN, o PP remanescente deve ter capacidade e estar devidamente configurado para assumir automaticamente todo o tráfego, não causando indisponibilidade do serviço;

2.2.17. a rede IP VPN, quando em operação por meio do enlace redundante ou com um único PP ativo, principal ou secundário, deve manter os níveis de serviço previstos no Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço;

2.2.18. os circuitos de acesso de última milha de cada PP aos pontos de concentração da rede da CONTRATADA devem atender, no mínimo, às seguintes especificações:

a) serem dimensionadas para cada PP;

b) serem providos por infraestrutura própria ou através de associações com outras operadoras; e

c) apresentarem equipamentos (roteadores e/ou modem) adequados que dispensem o uso de conversores de mídia, evitando um ponto de falha adicional à cadeia do circuito.

2.2.19. os circuitos previstos na rede IP VPN devem ser fornecidos com banda garantida e possuir características de tráfego simétrico. Entende-se por banda garantida o valor efetivo de banda entregue ao CONTRATANTE, desconsiderando o overhead da tecnologia utilizada. O tráfego simétrico, por sua vez, refere-se a equivalência entre as velocidades de upload e download, independente do comportamento estatístico da rede;

2.2.20. a CONTRATADA deve, obrigatoriamente, utilizar o Plano de Endereçamento definido pelo CONTRATANTE, contemplando endereços IPv4 e IPv6 e protocolos de roteamento como BGP, OSPF, MPLS, Carrier Supporting Carrier (CSC), dentre outros. Assim, a especificação da arquitetura da solução e protocolos de roteamento, bem como a definição do endereçamento, serão definidas, em conjunto, durante a elaboração do Projeto Executivo;

2.2.21. no escopo do Projeto Executivo (PE) deverá ser elaborado plano de endereçamento compatível com a atual rede corporativa da CONTRATANTE, associando endereços IP privados de modo a torná-los únicos dentro da rede IP VPN;

2.2.22. nesse mesmo PE, deverão ser previstos técnicas de redundância que viabilizem o cumprimento integral dos Níveis de Serviço (NS) estabelecidos, principalmente a disponibilidade mensal de cada PP, conforme item 2.3.13. Requisitos de Redundância e Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço;

2.2.23. ainda no escopo desse PE, deverá ser proposto Plano de Roteamento, conforme características dos protocolos de roteamento definidos no 2.3.14. Requisitos de Roteamento e no Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço, de forma a garantir a interconexão entre todos os sítios;

2.2.24. todas as despesas referentes a serviços e a aquisição ou aluguel de todo e qualquer componente necessário ao fornecimento da solução ora especificada são de responsabilidade da CONTRATADA;

2.2.25. a infraestrutura de rede da CONTRATADA (backbone, POPs, equipamentos internos, roteadores, PE, CPE etc.) deverá estar sempre preparada para suportar a totalidade dos serviços demandados neste documento, garantindo os níveis de serviço listados no Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço, bem como suportar serviços adicionais que possam ser solicitados pela CONTRATANTE, como expansão de banda mínima de acesso garantida;

2.2.26. as bandas mínimas garantidas e os NS com suas métricas associadas, conforme especificado no Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço, deverão, durante a vigência do contrato, estar disponíveis em sua totalidade e em ambos os sentidos do tráfego;

2.2.27. a rede oferecida deve ser logicamente independente e segregada de quaisquer outras redes;

2.2.28. o uso da tecnologia VPN deverá prover à ROD, no mínimo, os seguintes benefícios a ela relacionados: configuração de recursos de qualidade de serviço (QoS), flexibilidade na definição de topologia lógica, simplificação de roteamento, menor custo, entre outros;

2.2.29. não faz parte do escopo da solução qualquer provimento de serviço de acesso à Internet;

2.2.30. dada a necessidade dos PP estarem em uma mesma rede IP e serem interdependentes, esses pontos formam uma única solução, devendo, portanto, ser contratados em único item e ser entregues por uma única empresa, a fim de garantir unicidade lógica à ROD e de minimizar a possibilidade de descontinuidade dos serviços contratados.

2.3 - Especificações Técnicas da Solução Escolhida

2.3.1 Requisitos Específicos da Rede de Dados Corporativos

A rede IP VPN deve atender aos seguintes requisitos específicos relacionados ao serviço de dados corporativos:

2.3.1.1. a rede IP VPN a ser implantada deve possuir topologia/comunicação full-mesh entre os PP;

2.3.1.2. os PP dos Pontos Primário e Secundário, a serem implantados fisicamente no ECB e no ERJ, respectivamente, devem atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

a) 02 (dois) CPE, com pelo menos duas interfaces ethernet dedicadas para conexão com o roteadores do CONTRATANTE, e estes são da família Cisco ASR 1001, ISR 4400 ou ISR 2900; e

b) todas as interfaces físicas, interligações e configurações adequadas para garantir alta disponibilidade (HA) com os equipamentos de camada 3 do CONTRATANTE e para atender à arquitetura estabelecida na Figura 1.

2.3.1.3. os demais PP devem conter, no mínimo, um CPE com 01 (uma) interface de dados dedicada para conexão com o roteador de integração do CONTRATANTE, e estes são da família Cisco ASR 1001, ISR 4400 ou ISR 2900.

2.3.1.4. a CONTRATADA deve implementar o Plano de Endereçamento IPv4 atualmente em uso na ROD, podendo ser solicitada, durante a vigência do contrato, a configuração de roteamento e endereçamento IPv6;

2.3.1.5. a rede IP VPN deve ser configurada de acordo com as prioridades e níveis de serviços estabelecidos, para marcação e tráfego de, no mínimo, quatro classes de serviços, seguindo os padrões das RFC 4594 - DiffServ, além de todo tráfego não explicitamente definido nas referidas RFC. A marcação, a priorização e descarte dos dados a serem trafegados serão definidos no PE;

2.3.1.6. o CONTRATANTE pode, a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, solicitar alterações no modelo de marcação e tráfego das classes de serviços implementadas dentro dos padrões estabelecidos na RFC 4594;

2.3.1.7. os níveis de serviço desejados para a Rede de Dados Corporativos encontram-se descritos no Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço.

2.3.4. Requisitos dos Equipamentos

Todos os equipamentos implantados pela CONTRATADA nos PP das redes IP previstas neste TR devem atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

2.3.4.1. possuir os tipos e quantidades de interfaces necessárias para prover os serviços contratados de acordo com todos os requisitos estabelecidos neste TR, devendo ainda conter uma interface ethernet livre para eventuais manobras técnicas;

2.3.4.2. serem dimensionados, fornecidos, instalados, configurados, mantidos, gerenciados e operados pela CONTRATADA de modo a garantir o desempenho e os níveis de serviços estabelecidos;

2.3.4.3. possuir estar adequado para montagem em gabinetes padrão 19" (dezenove polegadas), sem a necessidade de gavetas ou prateleiras;

2.3.4.4. serem fornecidos com todos os acessórios e materiais necessários à sua instalação em conformidade com as recomendações do fabricante e dos padrões internacionais vigentes, tais como: kits de fixação, cabos de rede e de console, cabos de alimentação, conectores, suporte, cordões ópticos, mídias, entre outros;

- 2.3.4.5. possuir fonte de alimentação interna que opere na faixa de 110 Vac a 240 Vac, com conversão automática, e frequência de 50-60 Hz. Não devem ser utilizados equipamentos com transformadores para adaptação de tensão;
- 2.3.4.6. serem fornecidos com todos os componentes, módulo e acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, de forma a atender aos requisitos deste TR;
- 2.3.4.7. ter capacidade de encaminhamento de pacotes IP, em pacotes por segundo, compatível com larguras de banda definidas neste TR;
- 2.3.4.8. suportar aplicação de filtros de pacotes por protocolo, endereço IP de origem, endereço IP de destino, porta de UDP/TCP de origem e porta de UDP/TCP de destino;
- 2.3.4.9. suportar classificação de tráfego em cada interface física e lógica (sub-interface) baseada, no mínimo, na interface, no IP de origem/destino, nas portas TCP/UDP, no endereço MAC e nos serviços;
- 2.3.4.10. suportar mecanismos de gerenciamento e escalonamento de filas com base em classes de tráfego, permitindo a reserva de largura de banda mínima para cada fila;
- 2.3.4.11. suportar mecanismos de QoS;
- 2.3.4.12. suportar mecanismo para descarte preventivo de pacotes;
- 2.3.4.13. possuir suporte, no mínimo, a SNMP v2 e v3, conforme definições do IETF (Internet Engineering Task Force), para fins de gerenciamento e monitoramento da disponibilidade e do desempenho dos serviços contratados;
- 2.3.4.14. suportar, no mínimo, os protocolos de roteamento OSPF v2 e v3 e BGP-4 (iBGP e eBGP);
- 2.3.4.15. suportar configuração de rotas estáticas;
- 2.3.4.16. suportar configuração de subnets (RFC 950 e RFC 1878);
- 2.3.4.17. suportar gerenciamento com coleta de dados utilizando, no mínimo, os padrões MIB-II (RFC 1213), RMON (RFC 3737), IPFIX (IP Flow Information Export) (RFC 7011, RFC 7015 e RFC 5103) e SMI-TCP/IP (RFC 1155);
- 2.3.4.18. suportar a transmissão de mensagens de log de sistemas e de segurança utilizando o protocolo syslog conforme definido pelo IETF, para os sistemas de gerenciamento e auditoria de segurança do CONTRATANTE;
- 2.3.4.19. suportar configuração de NAT (RFC 1631) e VLAN trunking (IEEE 802.1Q);
- 2.3.4.20. implementar protocolo SNTPv4 (RFC 2030) ou NTP (RFC 1305) com autenticação para possibilitar ajuste e sincronização de horário de acordo com os servidores do CONTRATANTE;
- 2.3.4.21. implementar, no mínimo, os seguintes protocolos para transferência de arquivos: TFTP, FTP, SCP e SFTP;
- 2.3.4.22. possuir suporte aos protocolos TELNET e SSH v2 para acesso e configuração;
- 2.3.4.23. permitir configurações que restrinjam acesso a sessões de gerenciamento (TELNET, SSH v2, HTTP e HTTPS) a endereços IP específicos;
- 2.3.4.24. possuir mecanismos internos de geração de tráfego sintético associados a múltiplas aplicações, permitindo, dessa forma, a medição de, no mínimo, os seguintes parâmetros: jitter UDP, tempo de conexão TCP, tempo de lookup DNS, round-trip time para obter uma página Web e round-trip time para transferir um arquivo usando FTP. O resultado destas medições deve ser armazenado no equipamento e deve ser passível de ser coletado por meio dos protocolos SNMP v2c e v3;
- 2.3.4.25. suportar protocolos de coleta e classificação de informações de fluxo que circulem pelo equipamento, contemplando, no mínimo, as seguintes informações: IP de origem/destino, parâmetro protocol type do cabeçalho IP, porta TCP/UDP de origem/destino, campo ToS do cabeçalho IP e interface de entrada do tráfego. A informação coletada deve ser automaticamente exportável em intervalos pré-definidos por meio de um protocolo IPFIX padronizado, por exemplo, o NetFlow;
- 2.3.4.26. permitir a implementação de configuração de segurança, tais como: controle de acesso aos dispositivos, listas de acesso, sincronização de horários, autenticação em protocolos de gestão de ativos de rede, dentre outras;
- 2.3.4.27. possuir memória flash suficiente para armazenar simultaneamente as 2 (duas) versões de firmware mais recentes, permitindo a realização de rollback remoto de versão.

2.3.5. Requisitos de Segurança da Informação

Para garantir os níveis de segurança adequados nos serviços prestados, a CONTRATADA deve atender, no mínimo, aos seguintes requisitos em todas as redes previstas neste TR:

- 2.3.5.1. aplicar, nas redes supracitadas, todos os procedimentos e/ou configurações necessários para a implantação das ações estabelecidas pelas Diretrizes e Normas de Segurança da Informação e Comunicações a serem definidas e fornecidas pelo CONTRATANTE, na fase de elaboração do PE;
- 2.3.5.2. configurar e manter, para os CPE de todos os PP, soluções técnicas adequadas que garantam o isolamento e independência do tráfego do CONTRATANTE de quaisquer outras redes porventura existentes na infraestrutura de rede IP VPN, inclusive da Internet;
- 2.3.5.3. aplicar, nos roteadores ou em outros equipamentos das redes supracitadas, quando solicitado pelo CONTRATANTE, implementações das boas práticas de segurança na configuração dos equipamentos, tais como, por exemplo, mas não somente: controle de acesso aos dispositivos, listas de acesso, sincronização de horários (NTP), autenticação em protocolos de gestão de ativos de rede (ex: v3), dentre outras;
- 2.3.5.4. informar, em tempo oportuno, à CONTRATANTE, sobre quaisquer incidentes de segurança ocorridos na rede da CONTRATADA que possam interferir na segurança dos dados da CONTRATANTE;
- 2.3.5.5. manter, em seu quadro técnico, uma equipe estabelecida e permanente de segurança da informação e de tratamento de incidentes de rede, capazes de colaborar com a CONTRATANTE na prevenção, diagnóstico e resposta a incidentes de segurança da informação que possam afetar os serviços prestados;
- 2.3.5.6. realizar, com acompanhamento do CONTRATANTE, o tratamento adequado dos incidentes de segurança identificados;
- 2.3.5.7. fornecer ao CONTRATANTE, ou a terceiro por ele indicado, quando solicitado, informações e acesso aos instrumentos e procedimentos de segurança utilizados na prestação dos serviços contratados para fins de auditoria e verificação do cumprimento dos requisitos mínimos especificados;
- 2.3.5.8. reportar, mensalmente, ao CONTRATANTE, em relatórios detalhados, as informações sobre a segurança das redes supracitadas, descrevendo os incidentes de segurança, as ações imediatas para contenção e as ações permanentes cabíveis para garantir a segurança dos serviços prestados;
- 2.3.5.9. restringir as informações de segurança a uma equipe específica de técnicos, assumindo toda responsabilidade por perdas e danos que o CONTRATANTE venha a sofrer em decorrência de dolo, negligência, imperícia ou imprudência dos componentes dessa equipe; e
- 2.3.5.10. assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo quando necessário o compartilhamento de informações de classificação sigilosa entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

2.3.6. Requisitos de Gerenciamento da Rede

Para todos os itens previstos neste TR, a CONTRATADA deve atender, no mínimo, às seguintes exigências relativas à gerência e à operação dos serviços contratados:

2.3.6.1. ser responsável pela instalação, operação e manutenção de toda infraestrutura necessária para execução das gerências de disponibilidade, de desempenho, de falha, de configuração e de inventário;

2.3.6.2. fornecer informações gerenciais sobre o comportamento (disponibilidade, desempenho, falhas e configuração) da rede IP e dos PP implantados, considerando os aspectos lógicos e físicos dos serviços contratados, por meio de um sistema de gerenciamento de serviços, composto por um conjunto de ferramentas disponíveis on-line que atendam, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- a) permitir acesso criptografado (seguro) através da Internet e apenas para usuários cadastrados;
 - b) permitir a criação de, no mínimo, 50 (cinquenta) usuários distintos do CONTRATANTE;
 - c) suportar acesso múltiplo e simultâneo de, no mínimo, 50 (cinquenta) usuários distintos do CONTRATANTE;
 - d) realizar coleta de dados e atualização das informações de gerência em intervalos de, no máximo, 5 (cinco) minutos, apresentando gráficos com os valores máximos e médios em períodos de 1 (um) dia, 2 (dois) dias, 7 (sete) dias, 30 (trinta) dias e 1 (um) ano;
 - e) permitir a realização de consulta de dados e atualização das informações de gerência em intervalos de tempo solicitados interativamente pelo usuário da ferramenta (diário, mensal, anual com data/hora de início e final do período de pesquisa);
 - f) permitir acesso por meio de interface Web compatível com, no mínimo, os seguintes browsers: Google Chrome e Mozilla Firefox;
 - g) devem ser definidos perfis de acesso para segmentação de visualização das informações no nível gerencial;
 - h) ser escalável, permitindo futuras ampliações do número de elementos de rede a serem gerenciados;
 - i) garantir a segurança de todas as informações de gerência do CONTRATANTE, inclusive as disponibilizadas através da Internet;
 - j) possuir uma base de dados centralizada que permita o gerenciamento unificado e a visualização, por parte do CONTRATANTE, de todos os elementos da infraestrutura que prover os serviços contratados;
 - k) permitir aos usuários cadastrados do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato, o acesso ao histórico de todas as informações de gerência contido na base de dados centralizada;
 - l) permitir a integração com as ferramentas de gerenciamento de serviços utilizadas pelo CONTRATANTE;
 - m) permitir a visualização de todos os componentes da rede, inclusive dos elementos de contingência, e dos segmentos de rede WAN com os respectivos status operacional, através de um mapa ilustrativo que represente a localização geográfica dos dispositivos;
 - n) fornecer informações de disponibilidade e desempenho da rede e dos serviços que permitam a tomada de decisões de forma proativa;
 - o) emitir alarmes com aplicação de código de cores quando os equipamentos ou segmentos das redes IP estiverem com desempenho inferior aos limiares definidos no Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço;
 - p) coletar, monitorar e disponibilizar, no mínimo, as seguintes medidas nas interfaces WAN: tráfego em bits por segundo e em pacotes por segundo, taxa de erro de pacotes, descarte de pacotes e descarte de quadros;
 - q) coletar, monitorar e disponibilizar, no mínimo, as seguintes medidas para os serviços contratados: disponibilidade, perda de pacote, latência, jitter, utilização de CPU e de memória dos equipamentos, medidos de acordo com o estabelecido no Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço;
 - r) coletar, monitorar e disponibilizar as medidas de tráfego (bits por segundo e pacotes por segundo) e percentual de descarte de pacotes;
 - s) capturar e controlar, automaticamente, as características de hardware e software e as configurações presentes nos dispositivos relacionados aos serviços contratados e armazenar, em base de dados, um histórico de todas as modificações implementadas em cada dispositivo;
 - t) apresentar as informações referentes às conexões físicas e lógicas dos PP, tais como: velocidades de acesso, tipo de acesso, endereçamento IP, endereçamento de loopback, entre outros; e
 - u) possibilitar a geração, pelo CONTRATANTE, sempre que necessário, de relatórios técnico e gerenciais que permitam o acompanhamento das informações de inventário e dos níveis de serviço alcançados, para comparação com os limiares estabelecidos no Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço.
- 2.3.6.3. realizar as configurações necessárias na rede, seguindo requisitos a serem definidos pelo CONTRATANTE, para possibilitar a coleta de informações de gerenciamento dos ativos da rede e dos serviços contratados, utilizando os protocolos SNMP (v2c e v3), RMON (Remote Network Monitoring) e do tipo IPFIX (IP Flow Information Export) padronizados;
- 2.3.6.4. disponibilizar ao CONTRATANTE credenciais com privilégio de leitura aos equipamentos dos PP com acesso, no mínimo, aos seguintes comandos: exibição do tipo show necessários para diagnóstico e auditoria da configuração, ping, traceroute e telnet com parâmetros adicionais. A CONTRATANTE pode, a qualquer tempo, caso julgue necessário, requisitar liberação de outros comandos de leitura que possibilitem a avaliação da configuração e o diagnóstico de problemas;
- 2.3.6.5. permitir ao CONTRATANTE, mediante prévia notificação, realizar a verificação da correta aplicação das políticas de segurança, por meio de auditorias nos ambientes físicos e lógicos da CONTRATADA, sempre que julgar necessário;
- 2.3.6.6. fornecer, sempre que solicitado, relatórios gerenciais impressos que permitam o acompanhamento dos níveis de serviço contratados, conforme estabelecido no Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço. O formato desses relatórios deve ser padronizado e definido com o CONTRATANTE durante a elaboração do PE;
- 2.3.6.7. fornecer, sempre que solicitado, as informações de inventário dos equipamentos gerenciados (hardware e software) e da localidade onde os equipamentos se encontram instalados;
- 2.3.6.8. realizar, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, reuniões com a CONTRATANTE, para apresentar os relatórios consolidados de gerência e de níveis de serviços, avaliar propostas e estabelecer, quando necessário, melhorias nos processos de gerenciamento de rede;
- 2.3.6.9. disponibilizar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, quando solicitado, pelo CONTRATANTE, o histórico de todas as informações de gerência, incluindo o modelo de dados;
- 2.3.6.10. disponibilizar, ao término da vigência do contrato, para o CONTRATANTE, em mídia, o histórico de todas as informações de gerência, incluindo o modelo de dados;
- 2.3.6.11. realizar o monitoramento ininterrupto e proativo de todos os recursos/dispositivos inerentes ao serviço contratado, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana e todos os dias do ano, possibilitando a atuação imediata em eventos que possam causar incidentes na rede provida ao CONTRATANTE;
- 2.3.6.12. dispor de ferramentas para geração automática de eventos, sendo possível a detecção, identificação, isolamento, controle e armazenamento das ocorrências, incluindo visualização gráfica no sistema de monitoramento; e
- 2.3.6.13. realizar a abertura de chamados em um sistema de atendimento próprio, em caso de identificação de falha, e iniciar o processo de recuperação, além de realizar, com tempestividade, os acionamentos internos e externos necessários para providenciar a recuperação dos serviços contratados.

2.3.7. Requisitos do Suporte Técnico

Para todos os itens previstos neste TR, a CONTRATADA deve atender, no mínimo, às seguintes especificações relativas ao suporte técnico para os serviços contratados:

2.3.7.1. disponibilizar uma Central de Atendimento, operando em regime de 24x7, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, acessada por um número único nacional não-tarifado (0800, por exemplo), com atendimento obrigatoriamente em língua portuguesa e com capacidade de atender a 95% das chamadas a ela destinada, sem que seja necessário incluir os usuários em uma fila de espera;

2.3.7.2. permitir a abertura de chamadas por telefone, e-mail e diretamente através de um sistema de atendimento;

2.3.7.3. implantar uma estrutura de atendimento especializada, adequada para comportar o volume total de chamados registrados para suporte aos serviços contratados, contemplando recursos humanos, hardware, software, telefonia, estação de gerenciamento proativo e demais complementos que garantam o pleno funcionamento da solução de Central de Atendimento, dentro das suas próprias instalações;

2.3.7.4. registrar, diretamente no sistema de atendimento, o registro detalhado dos procedimentos de atendimento, diagnóstico e resolução dos chamados do CONTRATANTE, em português, de forma clara e concisa, evitando o uso de siglas e abreviações;

2.3.7.5. manter o sistema de atendimento atualizado com todas as informações e evoluções relacionados ao tratamento dos chamados registrados, incluindo, tempo de início e fim de atendimento, identificação do elemento afetado (equipamento, enlace ou serviço), nome, telefone e e-mail de contato do CONTRATANTE que foi posicionado acerca do reparo/restabelecimento do serviço, descrição detalhada da resolução do chamado com um código associado e informação relativa ao nível de recorrência do incidente/problema reportado ou da requisição realizada;

2.3.7.6. permitir a criação e acesso simultâneo de, no mínimo, 30 (trinta) usuários distintos do CONTRATANTE ao sistema de atendimento para abertura e acompanhamento dos chamados;

2.3.7.7. permitir acesso criptografado (seguro) do CONTRATANTE ao sistema de atendimento através da Internet por meio de interface Web compatível com, no mínimo, os seguintes browsers: Google Chrome e Mozilla Firefox;

2.3.7.8. permitir acesso apenas para usuários cadastrados do CONTRATANTE no sistema de atendimento, para acompanhamento de todos os chamados registrados, abertos, em atendimento, fechados e encerrados, dentro ou fora do prazo estabelecido, classificados por tipo de incidentes/problema e para possibilitar a visualização das informações detalhadas de cada um dos chamados;

2.3.7.9. permitir uma quantidade ilimitada de chamados abertos junto à Central de Atendimento e registrados no sistema de atendimento;

2.3.7.10. suportar chamados referentes à rede física (instalação, alteração e remoção), à configuração dos equipamentos, ao roteamento, ao endereçamento IP, à solução de gerência, ao desempenho e à segurança (incidentes de segurança, senhas, certificados), considerando-se todos os serviços contratados, de maneira a assegurar a integridade dos meios de comunicação;

2.3.7.11. realizar o fechamento e encerramento dos chamados registrados apenas com autorização expressa dos responsáveis técnicos da CONTRATANTE;

2.3.7.12. emitir relatórios mensais referentes à prestação dos serviços com informações detalhadas sobre os chamados abertos, em atendimento, fechados e encerrados, incluindo o passo a passo das ações realizadas, devendo servir como referência na solução de incidentes e problemas futuros;

2.3.7.13. prover serviços de apoio técnico que englobem, no mínimo, as seguintes atividades:

a) orientação sobre a configuração de enlaces e seções da rede provida pela CONTRATADA e os equipamentos do CONTRATANTE, para atender aos requisitos e funcionalidades previstas neste TR;

b) apoio na identificação, diagnóstico, investigação e resolução de incidentes de hardware e software ocorridos durante a operação em equipamentos do CONTRATANTE que realizem a interface entre a rede da CONTRATADA e a rede local das OM contempladas por PP; e

c) orientação e esclarecimento de dúvidas sobre melhores práticas de administração, gerenciamento e operação das tecnologias empregadas.

2.3.7.14. realizar atividades de manutenção de acordo com as orientações constantes no manual do fabricante dos equipamentos, tanto de hardware quanto de software, e das demais ferramentas implementadas;

2.3.7.15. realizar manutenção preventiva da rede periodicamente com o objetivo de evitar indisponibilidade dos serviços e de manter os equipamentos, softwares e ferramentas implantadas em condições adequadas de operação;

2.3.7.16. realizar a atualização de drivers, firmwares, softwares e das ferramentas de gerenciamento de todos os componentes da rede no prazo de 90 (noventa) dias após a liberação de uma versão estável e homologada pelo fabricante com correções e/ou melhorias para os referidos componentes. Esse serviço pode ser executado remotamente sempre que não oferecer riscos de paralisações, desde que previamente acordado com o CONTRATANTE;

2.3.7.17. informar imediatamente ao CONTRATANTE sobre eventuais paradas na rede;

2.3.7.18. realizar qualquer intervenção necessária para recuperação dos serviços e reparação de falhas, nas soluções implantadas, hardware ou software, de produção ou de gerência, sempre que possível, mediante aprovação prévia do CONTRATANTE. Caso não seja possível o contato imediato com o responsável técnico do CONTRATANTE, deve-se proceder com as atividades relacionadas à recuperação imediata dos serviços afetados e informar as ações realizadas ao CONTRATANTE com a maior brevidade possível;

2.3.7.19. realizar manutenção corretiva que contemple procedimentos destinados a recuperar o serviço no menor intervalo de tempo possível, dentro dos Níveis de Criticidade estabelecidos, compreendendo, inclusive, o reparo e/ou a substituição de peças, módulos e equipamentos;

2.3.7.20. utilizar, no caso de manutenção corretiva com necessidade de substituição de peças, componentes e equipamentos de primeiro uso, do mesmo fabricante e modelo com capacidade igual ou superior e igualmente compatível com a rede;

2.3.7.21. prestar o serviço de suporte técnico de acordo com os Níveis de Criticidade estabelecidos em uma das seguintes modalidades:

a) Atendimento Técnico Presencial: executado no local onde estão instalados os equipamentos. Deve ocorrer sempre que for necessário realizar procedimentos de realocação de equipamentos em uso, em casos de inoperância total ou parcial, defeito ou mal funcionamento. Compreende substituição de peças, módulos e equipamentos, ajuste, reparos e reconfiguração; e

b) Atendimento Técnico Remoto: executado por telefone, e-mail ou através de acesso remoto. Deve ocorrer em procedimentos destinados a esclarecer dúvidas, aplicar atualizações e realizar correções de configuração.

2.3.7.22. apresentar, ao término de cada atendimento presencial, um relatório de visita ou documento similar, a ser definido durante a elaboração do PE, contendo a data, hora da chamada, início e término do atendimento, identificação do problema, providências adotadas e outras informações julgadas pertinentes, a ser assinado pelo CONTRATANTE e pelo responsável pela manutenção;

2.3.7.23. obedecer, para atendimento de chamadas relativos aos PP, a classificação da Tabela 2.2 quanto ao Nível de Criticidade:

Tabela 2.2. Nível de Criticidade dos chamados dos PP

Criticidade	Descrição	Tipo de Atendimento Técnico	Tempo do Início do atendimento	Tempo para Restabelecimento do Serviço	Tempo para Solução Definitiva
1 - Crítica	Chamados referentes à situação de emergência ou problema crítico, caracterizados pela existência de interrupção do serviço.	Presencial	Máximo de 4 (quatro) horas após a abertura do chamado.	Máximo de 4 (quatro) horas após o início do atendimento do chamado.	Máximo de 8 (oito) horas após o início do atendimento do chamado.

2 - Alta	Chamados associados à situação de alto impacto, incluindo os casos de degradação severa de desempenho.	Presencial	Máximo de 6 (seis) horas após a abertura do chamado.	Máximo de 6 (seis) horas após o início do atendimento do chamado.	Máximo de 12 (doze) horas após o início do atendimento do chamado.
3 - Média	Chamados referentes à situação de baixo impacto ou para problemas que se apresentem de forma intermitente, incluindo os casos em que haja necessidade de substituição de componente(s) que possua(m) redundância.	Remoto(*)	Máximo de 12 (doze) horas após a abertura do chamado.	Máximo de 12 (doze) horas após o início do atendimento do chamado.	Máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o início do atendimento do chamado.
4 - Baixa	Chamados com o objetivo de sanar dúvidas quanto ao uso ou implementação do produto.	Remoto	Máximo de 1 (um) dia útil após a abertura do chamado.	Máximo de 1 (um) dia útil após o início do atendimento do chamado.	Máximo de 2 (dois) dias úteis após o início do atendimento do chamado.

(*) Exceto nos casos de necessidade de intervenção física.

2.3.7.24. considerar como "Início do Atendimento", o prazo máximo fixado para o primeiro contato de diagnóstico com o CONTRATANTE, a partir da abertura do chamado, incluindo o percurso do técnico até as instalações do CONTRATANTE, nos casos de atendimento presencial;

2.3.7.25. realizar o atendimento de chamados com criticidade 1 (crítica) ou 2 (alta) de forma ininterrupta até o completo restabelecimento do produto envolvido, mesmo que se estenda por períodos noturnos e dias não úteis;

2.3.7.26. realizar o escalonamento automático dos chamados que não forem solucionados no tempo definido, para o nível de criticidade imediatamente superior, sendo que os prazos de atendimento e de solução devem ser automaticamente alterados para o definido no referido nível. no caso de escalonamento, as penalidades pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos devem ser contabilizadas a partir do período definido para nível de criticidade do enquadramento original;

2.3.7.27. colocar à disposição do CONTRATANTE, para atendimento presencial, um especialista devidamente habilitado e credenciado pela empresa ou pelo fabricante, para o tratamento de chamados de criticidade 1 (crítica), 2 (alta) e, para o caso em que não possa ser solucionado remotamente, de criticidade 3 (média), que deve trabalhar durante o tempo que for necessário para a solução do problema, sendo que o ônus financeiro de tal providência deve ser da CONTRATADA; e

2.3.7.28. realizar o escalonamento, a pedido do CONTRATANTE, por necessidade de serviço, dos chamados para níveis superiores de criticidade. Nesses casos, os prazos dos chamados devem ser reiniciados.

2.3.8. Requisitos de Níveis de Serviço

Para todos os itens previstos neste TR, devem ser atendidas, durante toda a vigência do contrato, no mínimo, as seguintes exigências relativas aos NS:

2.3.8.1. uma série de indicadores deverá ser medida e calculada pela CONTRATADA periodicamente como condição para faturamento dos serviços. Tais métricas servirão como limiar de qualidade do serviço, compondo o que será denominado parâmetros ou indicadores de NS, listados neste item;

2.3.8.2. de acordo com as prioridades e exigências de NS definidas no Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço, a CONTRATADA deverá implementar e fornecer, de forma fim-a-fim, classificação e marcação de diferentes tipos de tráfego, configurando, no mínimo, 4 (quatro) classes de serviços;

2.3.8.3. a CONTRATADA deverá apresentar, para fins de pagamento mensal dos serviços, os seguintes parâmetros de ANS, todos segundo as orientações contidas do Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço:

a) Disponibilidade do Enlace;

b) Perda de Pacotes da Rede;

c) Latência da Rede;

d) Jitter da Rede; e

e) Disponibilidade da Solução de Gerência de Rede.

2.3.8.4. os níveis de serviço para a rede contratada devem considerar parâmetros de disponibilidade e de desempenho, incluindo a perda de pacote, a latência e jitter dos PP e enlaces existentes;

2.3.8.5. os níveis de serviço devem considerar, também, os prazos estabelecidos para o atendimento das Ordens de Serviço (OS) relacionadas, entre outras, a mudança de configuração do PP, mudança de localização de PP, ativação de novos PP e alteração dos chamados abertos através da Central de Atendimento;

2.3.8.6. para a coleta de dados referentes à medição dos níveis de serviço definidos neste TR deve ser utilizado o seguinte método:

a) todos os testes devem ser implementados de forma remota nos equipamentos de cada PP, utilizando técnicas de RMON (Remote Network Monitoring), como IP SLA (Internet Protocol Service Level Agreement), NQA (Network Quality Analyzer) ou similar;

b) os resultados obtidos nos testes remotos devem estar disponíveis para serem coletados pelas ferramentas de gerenciamento de serviço do CONTRATANTE, diretamente nos PP, utilizando o protocolo de gerência SNMP;

c) os resultados dos testes remotos devem estar disponíveis, também, na ferramenta de gerência de rede da CONTRATADA, de forma a atender aos requisitos estabelecidos na seção 3.3.6. Requisitos de Gerenciamento da Rede;

d) os resultados dos testes remotos devem ser armazenados nos ativos, durante, no mínimo, 02 (dois) ciclos completos de faturamento (mensal), sem que isto acarrete queda na performance dos PP e comprometa os demais requisitos de nível de serviço;

e) os testes devem ser realizados utilizando protocolo UDP;

f) a porta utilizada para os testes não devem impactar o funcionamento dos serviços prestados;

g) os testes devem ser realizados continuamente em intervalos de 5 (cinco) minutos;

h) para cada teste devem ser enviados 100 (cem) pacotes com intervalo de 40 (quarenta) milissegundos (ms) entre eles. O CONTRATANTE pode solicitar, a qualquer tempo, a alteração dos parâmetros de testes caso seja constatada a degradação da performance dos ativos e, consequentemente, do serviço prestado;

i) as configurações de testes dos ativos devem ser realizadas de acordo com as orientações do fabricante;

j) o tempo máximo de retorno do pacote (timeout) deve ser de 5 (cinco) segundos (s);

k) o ativo testado deve ser considerado indisponível quando todos os pacotes de testes forem perdidos; e

l) o ativo deve ser configurado para enviar um alerta SNMP (trap) às ferramentas de gerenciamento de serviço do CONTRATANTE, sempre que houver violação dos limites estabelecidos.

2.3.8.7. a CONTRATADA deve utilizar ferramentas, instrumentos e procedimentos de avaliação e monitoramento capazes de avaliar e reportar o desempenho dos serviços em relação aos níveis de serviços estabelecidos neste TR. Esses recursos devem ser disponibilizados ao CONTRATANTE por meio do sistema de gerenciamento da rede previsto na seção 3.3.6. Requisitos de Gerenciamento da Rede;

2.3.8.8. o relatório gerencial de acompanhamento dos níveis de serviço, previstos na seção 3.3.6. Requisitos de Gerenciamento da Rede, deve conter, no mínimo, para cada PP, os resultados das medições dos parâmetros estabelecidos em que houve a violação dos níveis de referência, com informações sobre o tempo de falha, a hora de início e fim de cada medição e a quantidade de tempo excedente (em minutos) em que o parâmetro ficou acima do limiar de testes;

2.3.8.9. os relatórios gerenciais de acompanhamento devem conter informações que permitam a verificação dos níveis de serviços e podem ser auditados, a qualquer tempo, pelo CONTRATANTE ou por um terceiro por ele indicado;

2.3.8.10. os descontos (glosas) por descumprimento dos níveis de serviço estabelecidos devem ser calculados em relação ao percentual de tempo em que cada um dos parâmetros ficou acima do limiar de teste, observando o Apêndice I;

2.3.8.11. o desconto por violação deve ser considerado independentemente da existência de chamados abertos pelo CONTRATANTE;

2.3.8.12. o desconto por violação de NS acordado não se restringe apenas ao serviço do circuito ativado;

2.3.8.13. para os casos em que o percentual de tempo mínimo estabelecido para um determinado parâmetro seja descumprido em mais de 5% (cinco por cento), além dos descontos correspondentes, pode ser aplicada uma multa contratual de 1% (um por cento) sobre o valor do faturamento mensal do PP, para cada 1% (um por cento) a mais de violação do índice;

2.3.8.14. no caso de inoperância de um PP por um período superior a 12 (doze) horas consecutivas, pode ser aplicada uma multa contratual de 1% (um por cento) sobre o valor do faturamento mensal do PP correspondente, para cada 01 (uma) hora a mais de violação;

2.3.8.15. no caso em que a perda de pacote, a latência e/ou jitter medidos nos testes remotos estejam acima do limiar estabelecidos por um período superior a 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, pode ser aplicada uma multa contratual de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do PP, para cada 01 (uma) hora a mais de violação;

2.3.8.16. no caso de descumprimento nos prazos estabelecidos para o atendimento de ordens de Serviço relacionadas a mudança de configuração do PP e ativação de novos PP, pode ser aplicada multa administrativa;

2.3.8.17. no caso de descumprimento dos prazos estabelecidos na subseção 2.3.7 - Requisitos de Suporte Técnico para atendimento dos chamados registrados, pode ser aplicada, além dos descontos correspondentes à violação dos níveis de serviço, uma multa contratual de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor mensal do PP para cada 01 (uma) hora a mais para o início do atendimento, restabelecimento do serviço e/ou aplicação da solução definitiva;

2.3.8.18. no caso de violação de qualquer nível de serviço, sem prejuízo da aplicação dos descontos e multas correspondentes, a CONTRATADA deve:

- a) investigar e relatar as causas do problema;
- b) informar ao CONTRATANTE a situação dos esforços envidados com relação a resolução do problema;
- c) corrigir o problema de forma a restabelecer os níveis de serviços contratados, dentro dos prazos máximos de recuperação; e
- d) tomar medidas apropriadas para evitar reincidência do problema.

2.3.8.19. a CONTRATADA deve realizar as configurações necessárias na rede para garantir os níveis de serviço estabelecidos neste TR; e

2.3.8.20. as exigências relativas aos Níveis de Serviço devem atender aos indicadores detalhados no Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço.

2.3.9. Requisitos de Implantação e Migração da Rede

Após a assinatura do contrato, inicia-se a Fase de Implantação do Projeto que deve ocorrer atendendo aos seguintes requisitos:

2.3.9.1. a CONTRATADA deve elaborar o PE contendo, no mínimo, o Plano de Implantação, o Plano de Transição, o Plano de Configuração, a Matriz de Responsabilidade, o Plano de Resposta aos Riscos, Plano de Comunicação e o Cronograma das Atividades;

2.3.9.2. o PE deve incluir, também, os modelos dos documentos de controle que devem ser utilizados durante a Fase de Implantação do Projeto e/ou de Operação da Rede, tais como: Relatório de Site Survey, Relatório de Implantação, OS, Termo de Encerramento do Projeto, Termos de Recebimento Provisório (TRP) e Termos de Recebimento Definitivo (TRD);

2.3.9.3. todos os documentos previstos no Projeto Executivo devem ser sempre entregues em formato digital e impresso;

2.3.9.4. o Plano de Implantação deve apresentar a arquitetura detalhada e as configurações físicas e lógicas da rede IP VPN, incluindo, marca e modelo dos equipamentos e módulos previstos para serem utilizados, conexões físicas e lógicas necessárias para atender aos requisitos estabelecidos, topologia da rede, plano de endereçamento e os requisitos de infraestrutura necessários para implantação dos PP nas diversas OM;

2.3.9.5. o Plano de Transição, por sua vez, deve definir responsabilidades, prazos e ações a serem realizadas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA durante o período de migração da rede, com o objetivo de minimizar os impactos do processo de transição da prestadora de serviço e/ou da tecnologia empregada sobre a continuidade dos serviços contratados;

2.3.9.6. o Plano de Configuração deve estabelecer padrões em relação à configuração dos equipamentos das redes, tais como: hostname, endereçamento IP (interfaces físicas e de loopback), rotas, ACL, descrições, usuários e senhas, dados para monitoramento (como por exemplo, communities SNMP), localização geográfica (lat/long) e outras a serem informadas oportunamente pelo CONTRATANTE. Deve incluir, também, as configurações previstas para os equipamentos de cada PP, com os devidos comentários explicativos para facilitar a análise e otimização;

2.3.9.7. a Matriz de Responsabilidade deve incluir a atribuição de responsabilidade para os principais agentes envolvidos em cada uma das atividades previstas para a Fase de Implantação do Projeto, desde a elaboração do PE até a emissão do Termo de Encerramento do Projeto, dentro dos requisitos estabelecidos neste TR;

2.3.9.8. o Plano de Resposta ao Risco deve incluir os principais riscos técnicos e administrativos relacionados às atividades da Fase de Implantação do Projeto com as respectivas análises e a definição de um tratamento adequado para cada um deles;

2.3.9.9. o Plano de Comunicação deve estabelecer os mecanismos e recursos que devem ser utilizados para comunicação entre as partes durante as diversas atividades do Projeto. Para definição do modelo de comunicação deve ser considerada a criticidade das informações e a necessidade de formalização de assuntos que possam, em algum momento durante a vigência do contrato, causar divergência de opiniões entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA. A utilização de recursos escritos para a comunicação deve ser sempre priorizada, desde que não resultem em atrasos das atividades e/ou comprometimento da qualidade dos serviços;

2.3.9.10. as informações tratadas em todas as reuniões realizadas, presencial ou por conferência (vídeo/áudio), devem ser registradas em atas devidamente assinadas pelos participantes da CONTRATADA e do CONTRATANTE, principalmente nos casos em que existam ações decorrentes para os envolvidos;

2.3.9.11. o Cronograma das Atividades deve incluir todas as atividades previstas para serem realizadas durante a Fase de Implantação do Projeto, com destaque para aquelas que necessitem de intervenção local da CONTRATADA nas OM, tais como visitas de Site Survey e de implantação;

2.3.9.12. o Cronograma deve incluir o planejamento individual das atividades necessárias em cada uma das OM previstas para serem atendidas pelo Projeto;

2.3.8.13. o CONTRATANTE disponibilizará as informações necessárias à elaboração do PE, incluindo, a relação dos pontos previstos para serem inicialmente atendidas, em ordem de prioridade, e as datas estimadas para início e término da implantação da rede;

2.3.9.14. a CONTRATADA deve apresentar o PE em, no máximo, 30 (trinta) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato;

2.3.9.15. A implantação da Rede IP VPN deve ocorrer no prazo máximo de 4 (quatro) meses consecutivos a contar da data da assinatura do contrato, devendo estar prevista no PE;

2.3.9.16. o CONTRATANTE irá analisar e aprovar o PE;

2.3.9.17. a CONTRATADA deve designar, imediatamente após a assinatura do contrato, no mínimo, um técnico residente para acompanhar, nas instalações do CONTRATANTE, todas as atividades previstas na Fase de Implantação do Projeto;

2.3.9.18. o técnico residente deve:

2.3.9.18.1. ficar disponível no Ministério da Defesa, situado na cidade de Brasília-DF;

2.3.9.18.2. ficar disponível durante a Fase de Implantação do Projeto, a qual perdura desde a data após a assinatura do contrato até a do encerramento do último Período de Funcionamento Experimental (PFE) correspondente ao último Ponto de Presença (PP) implantado. Assim, não há a exigência da presença desse técnico por todo o período contratual; e

2.3.9.18.3. deve possuir todo o conhecimento necessário para realizar o planejamento, coordenação e execução das implantações.

2.3.9.19. as despesas com estadia, alimentação, transporte e obrigações trabalhistas relacionadas ao técnico residente devem ser de responsabilidade da CONTRATADA;

2.3.9.20. a CONTRATANTE tem um prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a apresentação do PE, para analisá-lo e emitir um parecer sobre a viabilidade técnica e administrativa da sua execução;

2.3.9.21. caso o CONTRATANTE não aprove o PE, a CONTRATADA tem um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para realizar as correções necessárias, conforme parecer do CONTRATANTE;

2.3.9.22. o CONTRATANTE deve analisar o novo PE e, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, deve emitir o parecer final sobre o Projeto. A não conformidade da referida documentação pode resultar em rescisão total do contrato de prestação de serviços, além das multas e penalidades previstas neste TR;

2.3.9.23. após a aprovação do PE, a CONTRATADA tem um prazo de 30 (trinta) dias corridos para iniciar as atividades previstas no cronograma;

2.3.9.24. a CONTRATADA deve realizar, com antecedência de, no mínimo, 20 (vinte) dias corridos em relação a data prevista em cronograma para implantação, a atividade de inspeção técnica e levantamento da infraestrutura (Site Survey) da OM;

2.3.9.25. o modelo de relatório do Site Survey e o cronograma de execução devem ser incluídos no PE para avaliação do CONTRATANTE;

2.3.9.26. caso a CONTRATADA precise realizar outras atividades nas OM apoiadas, não previstas inicialmente no cronograma, o CONTRATANTE deve ser informado com, no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência para que as ações relacionadas sejam devidamente alinhadas e previamente agendadas com o responsável no local;

2.3.9.27. o relatório do Site Survey deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) localização prevista para o PP (endereço, localização interna do PP - bloco, sala e a seção/divisão/departamento da OM);

b) condições da infraestrutura elétrica, de aterramento e de proteção contra descargas elétricas e surtos;

c) existência, ou não, de no-break, de estabilizador e de grupo motor-gerador, bem como as condições dos mesmos; e

d) distância entre a localidade e o centro de apoio da CONTRATADA ou da empresa terceirizada de suporte na localidade.

2.3.9.28. a confecção do relatório do Site Survey pode ser apoiada com informações prestadas por militares de cada OM. No entanto, a responsabilidade das informações contidas no documento é da CONTRATADA;

2.3.9.29. no prazo de até 5 (cinco) dias corridos após a realização do Site Survey, a CONTRATADA deve apresentar, em formato digital assinado, o relatório correspondente e informar a existência, ou não, de qualquer pendência na infraestrutura da OM que possa causar indisponibilidade ou degradação do serviço contratado. Se for o caso, o CONTRATANTE adotará as providências internas necessárias para sanar os problemas encontrados;

2.3.9.30. caso não existam pendências de infraestrutura ou elas sejam sanadas em até 10 (dez) dias corridos após a emissão do Relatório de Site Survey, a CONTRATADA deve cumprir a data prevista no cronograma para realização da implantação correspondente;

2.3.9.31. caso existam pendências na infraestrutura e o CONTRATANTE não possa saná-las no prazo de 10 (dez) dias corridos, a implantação deve ser considerada suspensa;

2.3.9.32. o reagendamento de uma implantação suspensa por problemas na infraestrutura deve ocorrer após confirmação formal do CONTRATANTE de que as pendências foram sanadas. A CONTRATADA tem um prazo de até 20 (vinte) dias corridos, a contar da data da confirmação, para realizar a referida implantação, sem comprometer o andamento das outras atividades previstas no cronograma;

2.3.9.33. para cada PP implantado, devem ser realizados os testes de conectividade, desempenho e contingência estabelecidos no Caderno de Testes de forma a verificar os requisitos previstos na seção 2.3.8. Requisitos de Níveis de Serviço com, no mínimo, as seguintes informações:

a) latência, jitter (em ambos os sentidos) e perda de pacotes em relação ao sítio central, taxa de erro de bit, desempenho do roteador e dos enlaces dentro dos limites estabelecidos, por um período mínimo de 2 (dois) dias úteis;

b) acesso e operação dos principais sistemas corporativos on-line, a ser definido pelo CONTRATANTE, dentro das características de cada aplicação;

c) acesso a diferentes páginas de Intranet do CONTRATANTE;

d) acesso de leitura às configurações dos equipamentos;

e) acesso e gerenciamento de todas as funcionalidades previstas para a solução de Gerência de Redes;

f) funcionamento da contingência em caso de queda simples de enlace e queda simples de roteador nos sítios que dispõem desse recurso; e

g) atendimento das funcionalidades de segurança previstas.

2.3.9.34. os testes de conectividade devem ser realizados pela CONTRATADA, utilizando equipamentos de testes próprios que atendam a RFC 2544, para que a CONTRATANTE possa validar a implantação dos enlaces de comunicações;

2.3.9.35. para a aplicação do Caderno de testes, a CONTRATADA deve disponibilizar acesso de leitura às bases de dados de gerenciamento e às configurações dos equipamentos de rede;

2.3.9.36. o sistema de gerenciamento da rede deve ser atualizado, com todas as informações previstas na seção 2.3.6. requisitos de Gerenciamento da Rede, para aplicação do Caderno de Testes de cada PP implantado;

2.3.9.37. apenas após a finalização dos testes, em conformidade com os requisitos especificados, inicia-se o Período de Funcionamento Experimental (PFE) do PP, sem ônus para o CONTRATANTE, que tem por objetivo a verificação do correto funcionamento da solução durante o tempo necessário para acompanhar um ciclo do Padrão de Atividade do Negócio (PAN) do CONTRATANTE;

2.3.9.38. durante o PFE, devem ser sanadas eventuais problemas de implantação e operação de cada PP;

2.3.9.39. o PFE é considerado finalizado se, após 30 (trinta) dias corridos, não for identificado pelo CONTRATANTE quaisquer problemas no PP implantado ou, se constatada a ocorrência de eventos, eles sejam sanados em conformidade com os requisitos estabelecidos na seção 2.3.7 - Requisitos de Suporte Técnico;

2.3.9.40. caso, durante o PFE, o CONTRATANTE identifique a ocorrência de problemas relacionados ao correto funcionamento do PP que não sejam solucionados pela CONTRATADA, seguindo os critérios estabelecidos neste TR, a contagem de tempo do PFE deve ser reiniciada, não podendo ultrapassar, no entanto, o período total de 60 (sessenta) dias corridos;

- 2.3.9.41. em caso de cumprimento satisfatório dos níveis de serviços estabelecidos durante o PFE, o CONTRATANTE tem um prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar do término do PFE para emitir o TRP correspondente ao ponto implantado, conforme Lei 8.666/93, Art. 73, Inc. I;
- 2.3.9.42. no TRP deve incluir a data em que o PFE foi finalizada, a partir da qual inicia-se a contagem do tempo de serviço e o referido PP pode passar a gerar ônus financeiro para o CONTRATANTE;
- 2.3.9.43. após a emissão do TRP, o CONTRATANTE é responsável por realizar as medidas técnicas e administrativas necessárias para a validação da entrega do PP e emitir o Termo de Recebimento Definitivo correspondente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar do término do PFE;
- 2.3.9.44. caso a CONTRATADA não cumpra com os requisitos estabelecidos durante o PFE, o CONTRATANTE pode iniciar o processo administrativo necessário para notificar a CONTRATADA e, se for o caso, em cumprimento ao previsto na Lei 8.666/93, realizar a rescisão unilateral do contrato, configurado pela inércia, desorganização, incapacidade e/ou resistência da CONTRATADA em prestar o serviço correspondente. Além disso, o CONTRATANTE deve aplicar as demais sanções e penalidades previstas no Termo de Contrato;
- 2.3.9.45. o TRD tem por finalidade validar o início da operação do PP. Somente após a emissão do referido Termo, inicia-se o faturamento correspondente ao PP implantado, de forma retroativa, se for o caso, a da data de finalização do PFE;
- 2.3.9.46. o TRD não isenta a CONTRATADA das responsabilidades pelo pleno funcionamento de todas as facilidades, funcionalidades e vantagens oferecidas pela solução e pela garantia dos níveis de serviços contratados, incluindo a realização de testes dos recursos, quando julgado necessário pelo CONTRATANTE, durante todo o período de vigência do contrato;
- 2.3.9.47. a emissão do TRD é condicionada, também, ao fornecimento do Relatório de Implantação do PP, em versão digital, que deve conter as informações referentes ao Site Survey, ao as built e ao detalhamento técnico da solução em cada PP com, no mínimo, os seguintes elementos descritivos:
- a) diagrama detalhado da solução: infraestrutura de acesso, forma de ligação com o backbone da CONTRATADA, marca e modelo dos equipamentos;
 - b) localização de cada um dos equipamentos (roteadores, firewall, entre outros);
 - c) marca e modelo de todos os equipamentos do CONTRATANTE (switches, etc) que são interligados ao PP;
 - d) tipo e quantidade de interfaces utilizadas nas conexões de dados;
 - e) scripts de configuração dos ativos; e
 - f) outras informações necessárias à continuidade do serviço e à tomada de decisões pelo CONTRATANTE.
- 2.3.9.48. em até 15 (quinze) dias após a implantação de todos os PP previstos no PE, a CONTRATADA deve apresentar, em meio digital e impresso, o Relatório de Conclusão do Projeto que deve incluir, no mínimo:
- a) a planta detalhada da rede contratada, com os diagramas e informações relativas ao meio físico e aos ativos de rede do backbone de todos os PP da rede;
 - b) a planta detalhada do traçado de todas as rotas e a localização dos nós principais, incluindo os enlaces de última milha; e
 - c) os Planos de Configuração, de Resposta aos Riscos e de Comunicação, revisados e atualizados com as informações obtidas e lições aprendidas durante a Fase de Implantação do Projeto para que sejam utilizados na Fase de Operação da Rede.
- 2.3.9.49. o Relatório de Conclusão do Projeto deve ser avaliado e aprovado pelo CONTRATANTE;
- 2.3.9.50. a CONTRATADA deve, com base nas informações contidas nos Relatórios de Implantação e após a revisão do Relatório de Conclusão do Projeto, realizar a transferência de conhecimento ao CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido na seção 2.3.9 - Requisitos de Transferência de Conhecimento;
- 2.3.9.51. após a transferência de conhecimento, o CONTRATANTE deve emitir o Termo de Encerramento do Projeto, que deve incluir todos os documentos produzidos durante a Fase de Implantação do Projeto, dentre eles: Projeto Executivo (e anexos), Relatório de Site Survey e de Implantação de cada um dos PP, TRP e TRD e Relatório de Conclusão do Projeto;
- 2.3.9.52. caso a CONTRATADA não consiga implantar todos os PP previstos, nos prazos estipulados neste TR, o CONTRATANTE pode rescindir unilateralmente o contrato, além de poder aplicar as multas e penalidades previstas;
- 2.3.9.53. no caso da rescisão do contrato pelo motivo previsto no item 2.3.9.52., o CONTRATANTE não deve arcar com nenhum custo. Caso tenha ocorrido algum tipo de pagamento antes do serviço prestado, a CONTRATADA deve devolver os valores pagos pelo CONTRATANTE; e
- 2.3.9.54. a CONTRATADA deve fornecer os nomes e contatos dos técnicos responsáveis pela instalação e implantação dos serviços em cada PP, para que o CONTRATANTE possa entrar em contato imediato com os mesmos, quando da implementação dos serviços.

2.3.10 Requisitos de Transferência de Conhecimento

A Transferência de Conhecimento deve atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- 2.3.10.1. todo conhecimento detido pela CONTRATADA com relação ao projeto deve ser transmitido ao CONTRATANTE por meio de uma passagem de conhecimento e da documentação produzida durante a Fase de Implantação do Projeto;
- 2.3.10.2. a passagem de conhecimento deve ser realizada, por solicitação do CONTRATANTE mediante a emissão da OS, em data previamente acordada entre as partes, após a finalização da implantação da rede;
- 2.3.10.3. a passagem de conhecimento poderá ser presencial ou à distância e deve atender aos seguintes requisitos:
- a) Local (se presencial): na sede do MD ou outro local a ser definido em Brasília - DF. Na semana anterior à passagem de conhecimento, a CONTRATADA deve disponibilizar um técnico para realizar a preparação do laboratório para a atividade;
 - b) Objetivo: repassar para o CONTRATANTE todas as informações técnicas sobre a rede contratada;
 - c) Turma: até 12 (doze) integrantes;
 - d) Carga Horária Mínima: 40 (quarenta) horas semanais com 8 (oito) horas diárias;
 - e) Ementa:
 - e.1) tecnologias empregadas;
 - e.2) arquitetura técnica e funcional da rede;
 - e.3) etapas da elaboração e implantação do PE;
 - e.4) operação da solução de gerência, possibilitando à CONTRATANTE obter informações técnicas sobre a operação dos PP, incluindo a emissão de relatórios para os indicadores previstos no Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço; e
 - e.5) outros temas julgados importantes pela CONTRATANTE.
 - f) Material didático: em português, individual, impresso e digital, para todos os integrantes da atividade, abrangendo todo o conteúdo descrito na ementa, com todas as informações necessárias à compreensão dos assuntos abordados;
 - g) Instrutor: profissional credenciado na solução proposta, que tenha acompanhado todas as etapas de elaboração e implantação do PE. Entende-se como profissional credenciado o agente da empresa com formação e experiência adequada para transmitir os conhecimentos e retirar possíveis dúvidas práticas e/ou teóricas;

h) Apoio (se presencial): a CONTRATADA deve fornecer um lanche (coffè-break), a cada 4 (quatro) horas de atividade, contemplando opções variadas de frutas, pães e bolos, salgados e bebidas, em quantidade compatível com o número de integrantes; e

i) Certificado: a CONTRATADA deve emitir certificado de participação individual aos integrantes da passagem de conhecimento.

2.3.10.4. a documentação de projeto deve conter a documentação técnica da solução contratada, de forma clara e detalhada, com, no mínimo, os seguintes itens:

a) Projeto Executivo e os respectivos anexos;

b) Relatório de Site Survey de cada um dos PP;

c) Relatório de Implantação de cada um dos PP;

d) Relatório de Conclusão do Projeto; e

e) Documentação completa dos componentes de software e ferramentas de gerenciamento e operação.

2.3.10.5. ao término da transferência de conhecimento, caso seja constatada a necessidade, o CONTRATANTE pode solicitar revisão da documentação do projeto;

2.3.10.6. as despesas relacionadas com a preparação e impressão de material didático para a passagem de conhecimento e da documentação de projeto devem ocorrer por conta da CONTRATADA;

2.3.10.7. as despesas com transporte, alimentação, acomodação e de cunho pessoal dos especialistas responsáveis pela passagem de conhecimento devem ocorrer por conta da CONTRATADA; e

2.3.10.8. na passagem de conhecimento, a CONTRATADA deve transmitir ao CONTRATANTE todas as informações relacionadas ao funcionamento do gerenciamento e da operação das redes e dos serviços contratados.

2.3.11. Requisitos de Infraestrutura

2.3.11.1. as instalações dos PP possuem alimentação elétrica de 127V ou 220V e frequência de 60 Hz que poderá ser utilizada pela CONTRATADA;

2.3.11.2. a CONTRATADA deverá realizar visita técnica em cada PP para verificar a disponibilidade de espaço e adaptações necessários à instalação de seus equipamentos, devendo providenciar racks adicionais e qualquer outro material necessário, às suas expensas, caso não seja possível instalá-los na infraestrutura existente;

2.3.11.3. a infraestrutura interna da rede da CONTRATADA (backbones, POPs, equipamentos internos, dentre outros) deverá ser atendida por solução de alimentação e proteção elétrica de modo a manter todos os equipamentos em operação pelo tempo necessário à manutenção do índice mensal de disponibilidade contratado.

2.3.12. Requisitos de Segurança

2.3.12.1. a CONTRATADA deverá manter o controle da segurança física e lógica de seus ambientes operacionais, estabelecendo as políticas, as normas e os procedimentos de segurança a serem aplicados aos serviços contratados, em conformidade com a Portaria Normativa nº 2.327/MD, 28 de outubro de 2015 – Política de Segurança da Informação para o Sistema Militar de Comando e Controle - MD31-P-03;

2.3.12.2. a ação descrita no item anterior tem como intuito a prevenção de incidentes de segurança de forma a garantir níveis de segurança adequados nos ambientes de suas redes, por onde transitarão as informações da CONTRATANTE;

2.3.12.3. em relação aos aspectos técnicos de segurança da informação, a CONTRATADA deverá atender, no mínimo, a atualização de patches de segurança nos seus roteadores e nos seus outros equipamentos envolvidos na prestação de serviços à CONTRATANTE.

2.3.12.4. após a aplicação de patches de atualização e/ou correção deve ser enviada ao CONTRATANTE, em até 5 (cinco) dias, um relatório técnico sobre as versões atuais de patches e/ou correção dos equipamentos alterados;

2.3.12.5. caso haja previsão de indisponibilidade do serviço durante a aplicação dos patches, a atividade deve ser executada fora do horário comercial, em data a ser acordada com o CONTRATANTE.

2.3.13. Requisitos de Redundância

2.3.13.1. a solução de redundância para o atendimento dos PP com dupla abordagem, como a ECB e a ERJ, deverá atender os seguintes requisitos:

a) os meios independentes de acesso a cada um dos sítios deverão utilizar cabos fibra óptica que percorram caminhos distintos e se liguem a PE distintos;

b) ambos os enlaces (principal e redundância) deverão ter capacidades idênticas e operar com esquema de failover, de forma que a banda disponível de cada enlace seja igual ao valor da banda mínima de acesso garantida, de acordo com o nível de serviço especificado. Portanto, se houver falha em um enlace ou roteador CPE, todo o tráfego será transportado através do enlace de reserva sem perda de qualidade; e

c) para os demais PP da CONTRATANTE, haverá, pelo menos, um enlace físico, configurado para alternar seu tráfego do nó principal da rede (ECB) para o secundário (ERJ) e vice-versa em caso de falha em um desses, desde que esse único enlace viabilize o índice de disponibilidade mensal contratado.

2.3.13.2. A solução completa de contingência deverá ser testada pela CONTRATADA periodicamente ao longo da execução do contrato. A periodicidade e o horário da realização dos testes serão definidos a seu critério e a CONTRATANTE deverá ser notificada, para que autorize e acompanhe os testes. Na ocasião, a CONTRATADA deverá disponibilizar relatório com os resultados desses testes.

2.3.14. Requisitos de Roteamento

2.3.14.1. a CONTRATADA deverá prestar os serviços de comunicação de dados, por meio de VPN IP, em atenção aos padrões definidos nas RFC (Requests for Comments) para IP Based Virtual Private Networks;

2.3.14.2. os requisitos mínimos para o plano de roteamento da rede são: adotar protocolos escaláveis, realizar agregação de rotas para endereços contíguos, permitir o acesso de qualquer ponto da rede às aplicações compartilhadas; e

2.3.14.3. a CONTRATADA poderá utilizar no interior de sua rede o plano de endereçamento IP que preferir. Entretanto, deverá seguir às seguintes orientações:

a) projetar e implementar a solução de forma a permitir a utilização do plano de endereços fornecido pela CONTRATANTE nas redes locais dos PP;

b) projetar e implementar o plano de endereçamento de sua rede de forma a permitir a interconexão dos segmentos de rede da CONTRATANTE por intermédio de equipamentos de interconexão localizados em cada PP; e

c) a especificação das técnicas de roteamento entre roteadores PE e CPE poderá ser definida pela CONTRATADA em conjunto com a CONTRATANTE.

2.3.15. Requisitos da Gestão Técnica do Contrato

Durante toda a vigência do contrato, durante a Fase de Implantação do Projeto, devem ser cumpridos, no mínimo, os seguintes requisitos relacionados à gestão do contrato:

2.3.15.1. a CONTRATADA deve cumprir com todas as exigências previstas neste TR inclusive durante a Fase de Implantação do Projeto;

2.3.15.2. as requisições de serviços devem ser sempre realizadas formalmente a partir da emissão de Ordens de Serviços (OS) datadas e assinadas pelo Fiscal do CONTRATANTE e encaminhada à CONTRATADA por meio de ofício;

2.3.15.3. durante toda a vigência do contrato, a qualquer tempo, o CONTRATANTE pode solicitar, mediante a emissão de OS, a realização dos seguintes serviços padrões relacionados à rede contratada: ativação de novos PP, desativação de PP, mudança de localização do PP, mudança de configuração e testes nos parâmetros de conectividade;

2.3.15.4. os modelos de OS para os serviços padrão e para as solicitações adicionais devem ser definidos durante a elaboração do Projeto Executivo e podem ser modificados a critério do CONTRATANTE, quando julgar necessário;

2.3.15.5. o CONTRATANTE pode solicitar a ativação de novos PP, em OM ou outros órgãos, públicos ou privados, situados em quaisquer localidades do território nacional. A CONTRATADA tem o prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos para realizar a ativação, a contar da data de emissão da OS correspondente;

2.3.15.6. durante a vigência do contrato, caso seja necessária a reativação de um PP, o CONTRATANTE deve arcar apenas com o custo correspondente a diferença entre os valores das taxas de instalação implantada anteriormente e da nova ativação, quando houver;

2.3.15.7. a ativação de novos PP deve ocorrer cumprindo todas as atividades e requisitos estabelecidos na Seção 3.3.9. Requisitos de Implantação e Migração da Rede, incluindo a realização do Site Survey, a aplicação do Caderno de Testes, o Período de Funcionamento Experimental, a elaboração e remessa do Relatório de Implantação e a emissão dos TRP e TRD correspondentes;

2.3.15.8. a CONTRATADA deve, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de emissão da OS, apresentar para apreciação do CONTRATANTE um cronograma com a previsão de conclusão de cada uma das atividades e entregas previstas para o cumprimento do serviço de ativação do PP;

2.3.15.9. os novos PP ativados por solicitação do CONTRATANTE e não previstos inicialmente no Projeto Executivo, devem atender às mesmas condições de preço, prazos e níveis de serviço dos PP instalados durante as Fases de Implantação do Projeto, em conformidade com os requisitos definidos neste TR, desde que haja viabilidade técnica por parte da CONTRATADA;

2.3.15.10. novos PP ativados devem ser incluídos em destaque no relatório de acompanhamento financeiro mensal correspondente com, no mínimo, informações relacionadas à data de ativação e à memória de cálculo proporcional;

2.3.15.11. o modelo do relatório de acompanhamento financeiro mensal deve ser proposto pela CONTRATADA e aprovado pelo CONTRATANTE durante a fase de elaboração do PE e pode, a qualquer tempo, ser modificado por solicitação do CONTRATANTE;

2.3.15.12. após a ativação de um novo PP inicia-se o Período de Funcionamento Experimental (PFE) do referido PP, que deve atender aos mesmos requisitos estabelecidos para esse período na Seção 3.3.9. Requisitos de Implantação e Migração da Rede;

2.3.15.13. para um novo PP permanente, o PFE tem duração mínima de 30 (trinta) dias corridos;

2.3.15.14. após a conclusão do PFE, o CONTRATANTE deve emitir o TRP e TRD correspondente, conforme requisitos na Seção 3.3.9. Requisitos de Implantação e Migração da Rede;

2.3.15.15. o CONTRATANTE pode solicitar, a qualquer tempo durante a vigência do contrato, a desativação de qualquer um dos PP da rede IP VPN. A partir da data de emissão da OS correspondentes, a CONTRATADA tem o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para concluir a desativação do referido PP;

2.3.15.16. o CONTRATANTE não deve, em momento algum, ser responsável por quaisquer ônus relacionados à desativação de PP;

2.3.15.17. os PP desativados devem ser incluídos em destaque no relatório de acompanhamento financeiro mensal correspondente com, no mínimo, informações relacionadas à data de desativação e à memória de cálculo proporcional ao período do mês em que permaneceu ativo;

2.3.15.18. o faturamento de PP desativados deve considerar apenas o período compreendido entre o início do mês e a data prevista em OS para desativação do serviço, inclusive no caso em que haja atraso na desativação;

2.3.15.19. o CONTRATANTE pode, sempre que necessário, solicitar mudanças de configuração nos ativos de quaisquer um dos PP. Nesse caso, a CONTRATADA tem um prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para realizar o serviço, a contar da data e hora de recebimento da OS;

2.3.15.20. para solicitação de mudanças de configuração, o CONTRATANTE deve considerar os eventuais impactos na qualidade e disponibilidade do serviço, realizando os devidos estudos de viabilidade técnica com apoio, quando necessário, da CONTRATADA;

2.3.15.21. caso a CONTRATADA constate que a mudança de configuração vai requerer um maior tempo de atendimento, deve apresentar com tempestividade ao CONTRATANTE, para avaliação e, se for o caso, aprovação, uma solicitação formal de ampliação do prazo, devidamente justificada, e com uma proposta de novo prazo para conclusão da atividade;

2.3.15.22. o atendimento da OS de mudança de configuração deve ser considerado concluído apenas após a emissão, pelo responsável do CONTRATANTE, do Termo de Recebimento Provisório do serviço correspondente;

2.3.15.23. para o caso de configurações recorrentes, diárias ou semanais, relacionadas à implantação de outros projetos do CONTRATANTE, a CONTRATADA deve disponibilizar um canal técnico direto com o responsável pelas alterações, por correio eletrônico e/ou telefone, durante todo o período necessário à atividade, a ser informado na OS correspondente. Nesse caso, a CONTRATADA tem o prazo de até 02 (duas) horas para atender às solicitações especificadas pelo CONTRATANTE;

2.3.15.24. o CONTRATANTE pode solicitar, sempre que julgar necessário, a execução de testes de medição de qualquer um dos parâmetros de qualidade da rede previstos nos Requisitos de Níveis de Serviço, utilizando o modelo de coleta de dados definido. A CONTRATADA tem um prazo de até 07 (sete) dias corridos para a emissão da OS para realizar os testes solicitados com o acompanhamento obrigatório do CONTRATANTE ou de um terceiro por ele indicado. Os testes dos parâmetros de qualidade têm o objetivo de realizar comparação entre os níveis de serviços contratados e os efetivamente fornecidos;

2.3.15.25. os testes dos parâmetros de qualidade da rede devem ocorrer, em data e hora acordadas com o CONTRATANTE, dentro do prazo estabelecido;

2.3.15.26. para os testes dos parâmetros de qualidade da rede, a CONTRATADA deve providenciar as medidas técnicas e administrativas necessárias para garantir a continuidade dos serviços nos mesmos parâmetros estabelecidos nos Requisitos de Níveis de Serviço;

2.3.15.27. caso ocorra interrupção do serviço durante o período de execução dos testes, o período de indisponibilidade não deve ser computado como responsabilidade da CONTRATADA;

2.3.15.28. o atendimento da OS para testes dos parâmetros de qualidade deve ser considerado concluído apenas após a emissão, pelo responsável do CONTRATANTE, do TRP correspondente;

2.3.15.29. as penalidades correspondentes ao não cumprimento dos prazos para atendimento dos serviços padrões devem corresponder a multa administrativa na Seção 7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento;

2.3.15.30. os prazos para cumprimento dos serviços adicionais que não foram previamente definidos neste TR, devem ser regulados, com oportunidade, entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, antes da emissão da OS correspondente. As penalidades para o não atendimento dos prazos desses serviços devem corresponder, também, a multa administrativa prevista na Seção 7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento;

2.3.15.31. o CONTRATANTE pode solicitar, se julgar oportuno, alterações nos projetos originais, na conectividade, nos processos e na tecnologia da rede, à medida que novas soluções estejam disponíveis e resultem em comprovadas melhorias na eficiência e nos custos dos serviços contratados;

2.3.15.32. caso haja a necessidade de realização de configurações que possam gerar indisponibilidades dos serviços contratados, a CONTRATADA deve informar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, a necessidade de realizar as referidas mudanças, apresentando um relatório que contenha, no mínimo, a descrição do procedimento que a ser executado, o dia e horário previstos para realizar a mudança, a duração, impacto, os responsáveis e os procedimentos de contingência e de recuperação. Ao término da mudança deve ser emitido, no prazo de 2 (dois) dias úteis, um relatório detalhado das ações efetivamente executadas e dos resultados obtidos;

2.3.15.33. ao término do contrato ou no caso de migração de um PP para soluções contratadas no contexto de outros projetos do CONTRATANTE, a CONTRATADA deve participar ativamente da elaboração do Plano de Transição correspondente, fornecendo todas as informações solicitadas e necessárias ao planejamento das atividades, realizar as configurações de transição nos ativos de sua responsabilidade e apoiar, sempre que necessário, no diagnóstico e solução dos problemas relacionados;

2.3.15.34. o CONTRATANTE pode realizar acréscimos e supressões no contrato até 25%, amparando-se, nesse caso, no Art. 65 da Lei 8.666/93.

2.3.16. Requisitos do Gerenciamento do Serviço

2.3.16.1. a CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE um número único nacional não tarifado (0800) e um portal na Internet para abertura de chamados de suporte técnico e acompanhamento dos níveis de serviços prestados. Entende-se por portal, Solução de Gerência Proativa (SGP) acessível pela Internet, com acesso restrito por intermédio de nome de usuário e senha eletrônica e utilizando-se de protocolo HTTPS;

2.3.16.2. os serviços de gerenciamento da rede deve ser proativo, ou seja, em caso de observância de eventos que possam comprometer o desempenho e a disponibilidade da ROD, é a CONTRATADA a responsável em tomar a iniciativa e adotar ações necessárias para prevenir e/ou corrigir os incidentes, alertando tempestivamente o CONTRATANTE;

2.3.16.3. o portal supramencionado disponibilizado pela CONTRATADA deverá possuir acesso aos históricos dos registros das ocorrências e registros de solicitações e reclamações enviadas pela CONTRATANTE em relação aos serviços prestados e possibilitar que sejam visualizados e impressos os relatórios das informações de desempenho a respeito dos serviços prestados;

2.3.16.4. o portal poderá ser constituído de um ou mais ferramentas de gerenciamento e deverá prover, no mínimo, as seguintes informações:

- a) utilização de banda, taxa de perda de pacotes, latência e jitter em milissegundos e disponibilidade diária e mensal dos enlaces, em percentual;
- b) consumo de banda dos PP (entrada e saída) com os valores instantâneos, médios e de pico dos últimos 30 (trinta) dias, separados por semana e dia;
- c) consumo de banda por classe de serviço com os valores instantâneos, médios e de pico dos últimos 30 (trinta) dias, separados por semana e dia; e
- d) latências dos enlaces com valores instantâneos, médios e de pico dos últimos 90 (noventa) dias;

2.3.16.5. todos os equipamentos destinados ao funcionamento do serviço, alocados pela CONTRATADA, deverão ser acessíveis a partir de plataformas de gerenciamento SNMP, localizadas na rede interna da CONTRATANTE;

2.3.16.6. após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE informará à contratada os endereços IP dos seus sistemas de gerenciamento da rede (NMS) que deverão estar autorizados a realizar consultas SNMP (get) nos equipamentos da rede, receber traps SNMP e o nome da comunidade (community string) que deverá ser configurado;

2.3.16.7. todos os equipamentos destinados ao funcionamento da rede, alocados em pela CONTRATADA, deverão ser capazes de encaminhar mensagens syslog para plataformas de armazenamento de logs, localizadas na rede interna da CONTRATANTE;

2.3.16.8. após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE informará à contratada os endereços IP dos seus sistemas de armazenamento que deverão receber as mensagens syslog;

2.3.16.9. deverá ser disponibilizada, pela CONTRATADA, geração e emissão de relatórios gerenciais que permitam o acompanhamento da qualidade dos serviços, dos níveis de serviço contratados e validação das faturas;

2.3.16.10. a solução de gerenciamento deve atuar de forma proativa, antecipando-se aos problemas na rede e garantindo a qualidade do serviço estabelecida no Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço, realizando abertura, acompanhamento e fechamento de chamados técnicos relacionados com indisponibilidade e desempenho no serviço de rede WAN, operando em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante toda a vigência do contrato;

2.3.16.11. cabe ressaltar que todo e qualquer chamado aberto, mesmo que automaticamente, somente poderá ser encerrado após verificação da efetiva solução do problema pela CONTRATANTE, sendo considerado seu momento de encerramento como aquele registrado nos logs da CONTRATADA, desde que devidamente validado pela CONTRATANTE;

2.3.16.12. a indisponibilidade dos dados de gerência (coleta não realizada, dados não acessíveis) será contabilizada como indisponibilidade do(s) serviço(s) associado(s), passível de desconto, no período em que os dados não forem coletados ou ficarem inacessíveis, caso isto implique em perda de dados de gerenciamento; e

2.3.16.13. a CONTRATADA deverá disponibilizar, ainda, um número de telefone à CONTRATANTE para contato com a área de 1º nível para solução de problemas urgentes que necessitem a atuação imediata, tais como: reinício de interfaces de roteadores, alteração de descrição de interfaces, conferência de aplicação de políticas nos roteadores, ativação de modo debug de forma temporário para diagnóstico, configuração de velocidade e modo de operação de interfaces, elaboração de listas de acesso temporárias e reinício de equipamentos.

3 – JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, art. 15)

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação - (IN. 01/2019, art. 15)

3.1.1. Necessidade de Contratação e Motivação

3.1.1.1. a origem do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS) remonta a 1985, a partir de trabalho interministerial elaborado pelo antigo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), atualmente Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), em que se buscava dotar o Brasil da capacidade de operar, desde o tempo de paz, uma rede de comunicações por meio de segmento espacial, exclusivas e confiáveis, para atender aos Comandos Operacionais ativados, o Alto-Comando das Forças Armadas, as mais altas autoridades civis do Governo Federal e a Presidência da República (Comando Supremo).

3.1.1.2. em 1991 foi criada a Comissão de Desenvolvimento do Projeto e da Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (CISCOMIS), com atribuições para coordenação dos trabalhos relativos ao SISCOMIS, incluindo sua implantação, sua avaliação e seu acompanhamento. Os estudos realizados pela comissão culminaram com a aprovação de projetos para a interligação das autoridades relacionadas com os aspectos estratégicos do início da década de 1990, baseados na importância geopolítica do Cone Sul.

3.1.1.3. sob esse contexto, a partir de 1992, foram estabelecidos os primeiros canais de comunicações por voz (telefonía) do SISCOMIS, cuja interligação se deu por meio satelital em banda “C”, com a instalação de estações terrenas em Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), Manaus (AM), Campo Grande (MS), Belém (PA), Porto Alegre (RS) e Natal (RN).

3.1.1.4. a partir de 2000, o SISCOMIS passou a operar também em banda “X”, por meio de dois transponders nos satélites de comunicações geoestacionários Star One C1 e C2, capacitando-o a trafegar, além de voz, também dados e vídeo (videoconferência). Para isso, a Estação Terrena de Brasília recebeu instalações (antenas) para operar na Banda X, bem como o SISCOMIS passou a operar, também, terminais satelitais terrestres.

3.1.1.5. a partir de 2010, o SISCOMIS, devido aos altos custos envolvidos, deixou de operar em banda “C”, desativando as respectivas antenas e interligando os pontos de presença da infraestrutura local existente em diversas capitais por meio de enlaces contratados de fibras ópticas, constituindo o seu segmento terrestre, que persiste até os dias de hoje. O aumento do emprego das comunicações por satélite tem exigido do Ministério da Defesa a constante atualização e a complementação do segmento terrestre, alinhada às expectativas de crescimento e de evolução das operações conjuntas.

3.1.1.6. desta forma, o segmento terrestre do SISCOMIS é fundamental para garantir o provimento das comunicações estratégicas ao Comando Supremo e aos demais órgãos da Estrutura Militar de Defesa (Eta Mi D), em conformidade com o Decreto nº 7.276, de 25 de agosto de 2010, bem como considerando a premissa do SISCOMIS de operar, desde o tempo de paz, para que as interligações sejam testadas e ocorram de maneira integrada e com rapidez.

3.1.1.7. por conseguinte, considerando a necessidade de manter a interligação dos pontos de presença do SISCOMIS, garantindo o provimento dos serviços de voz, dados e vídeo para as comunicações estratégicas da Etta Mi D por meio da ROD, há necessidade de contratação de serviços para o fornecimento de 44 (quarenta e quatro) PP, de forma a permitir a interligação dos Centros de Comando e Controle (CC²) da Etta Mi D nas cidades de Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, Natal/RN, Belém/PA, Rio Grande/RS, Ladário/MS, São Paulo/SP, Manaus/AM, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Campo Grande/MS, Anápolis/GO, Canoas/RS, Santa Maria/RS, Porto Velho/RO e Boa Vista/RR, a fim de suprir as demandas exigidas ao SISCOMIS nas operações militares, bem como as ações de defesa sob responsabilidade das Forças Armadas (FA) Brasileiras.

3.1.1.8. o crescimento e a evolução das operações conjuntas realizadas pelas FA têm provocado o incremento do emprego do SISCOMIS e dos serviços da ROD, o que exige do EMCFA a constante atualização e manutenção do segmento terrestre do SISCOMIS, o qual é fundamental para garantir o provimento das comunicações estratégicas ao Comando Supremo e aos demais órgãos da Etta Mi D, bem como permitir ao SISCOMIS e a ROD operarem desde o tempo de paz, para que as interligações entre os CC² ocorram de maneira integrada e com rapidez, quando necessárias.

3.1.1.9. atualmente, os PP objetos deste documento são fornecidos pela empresa Telebras S.A., por intermédio do Contrato nº 04/2017-MD.

3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais – (IN. 01/2019, art. 15, inciso I)

3.2.1. - Alinhamento aos planos estratégicos da área (IN. 01/2019 Art. 10, Inciso I)

ID	Objetivos Estratégicos
OE4	Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística.
IE4.3	Ampliar a interoperabilidade do Ministério da Defesa com as Forças Singulares.

As referências ao alinhamento ao Planos Estratégicos da Secretaria Geral - SG podem ser encontradas nos links <http://intranet.defesa/index.php/informacoes-institucionais-superior/planejamento-estrategico-da-sg> e <https://www.governodigital.gov.br/EGD>.

3.2.2. - ALINHAMENTO AO PDTIC VIGENTE (IN. 01/2019 Art. 10, Inciso I)			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A.4.3.1 (NT80)	Programa de ampliação e manutenção da estrutura dos enlaces terrestres e satelitais da ROD. <i>- Projeto Adquirir novos terminais satelitais afim de prover acesso a todos os Centros de Comando e Controle das Operações Conjuntas à ROD/SISCOMIS; e</i> <i>- Projeto Ampliar a estrutura dos enlaces terrestres</i> (Portfólio priorizado para 2018).	M4.3.1	Contratar empresa para manutenção dos terminais satelitais e adquirir novos terminais satelitais, afim de prover acesso a todos os Comando e Controle das Operações Conjuntas a ROD/SISCOMIS, no ano de 2019. Buscando atingir o IEO igual ou superior a 65%, o ISAC acima de 95%, e o IADTIC em 75%.
A.4.3.5 (NT86)	Redefinição dos Pontos de Presença da ROD (Portfólio priorizado para 2018).	M4.3.5	Adquirir ativos de rede para os pontos de presença, visando garantir o acesso à ROD a todos os Comando e Controle nas Operações Conjuntas, iniciando em 2018 até o ano de 2019. Buscando atingir o IADTIC em 75%, IEO igual ou superior a 65% e o ISAC acima de 95%.
A.4.3.12 (NT80)	Adquirir novos terminais satelitais a fim de prover acesso de todos os Centros de Comando e Controle de Operações Conjuntas à ROD/SISCOMIS (Ações consecutivas até 2019).	M4.3.12	Adquirir novos terminais satelitais a fim de prover acesso de todos os Centros de Comando e Controle de Operações Conjuntas à ROD/SISCOMIS até o final de 2019. Buscando atingir o IADTIC em 75%. AÇÃO CONSECUTIVA ATÉ 2019.
A.4.3.14 (NT80)	Ampliar a estrutura de enlaces terrestres e satelitais da ROD/SISCOMIS (Ações consecutivas até 2019).	M4.3.14	Ampliar a estrutura de enlaces terrestres e satelitais da ROD/SISCOMIS até o final de 2019. Buscando atingir o IADTIC em 75%.

O PDTIC pode ser acessado por meio dos links <https://www.defesa.gov.br/legislacao> e <http://intranet.defesa/index.php/informacoes/34-programas-e-projetos/241-plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao>.

3.2.3. - ALINHAMENTO AO PAC 2021 (IN. 01/2019 Art. 10, Inciso I)	
Item	Descrição
2252	INSTALAÇÃO DE REDE LOCAL DE MICROCOMPUTADOR

3.3. Estimativa da demanda

3.3.1. O serviço demandado é o fornecimento de enlaces terrestres full duplex e com taxa de transmissão de acordo com o especificado na Tabela 1.1.

3.3.2. De acordo com o descrito nos itens 3.1.1.6, 3.1.1.7 e 3.1.1.8 deste Termo, a estimativa da demanda se deve à necessidade do atendimento, em sua plenitude, da Etta Mi D, posto que o segmento terrestre do SISCOMIS é fundamental para garantir o provimento das comunicações estratégicas entre o Comando Supremo e os demais órgãos desta estrutura. Desta feita, considerando a necessidade de manter a interligação dos pontos de presença do SISCOMIS, garantindo o provimento dos serviços de dados para as comunicações estratégicas da Etta Mi D por meio da ROD, há necessidade da contratação de serviços para o fornecimento dos 44 (quarenta e quatro) PP descritos na Tabela 2.1 deste Termo, de forma a permitir a interligação dos Centros de Comando e Controle (CC²) localizados nas cidades de Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, Natal/RN, Belém/PA, Rio Grande/RS, Ladário/MS, São Paulo/SP, Manaus/AM, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Campo Grande/MS, Anápolis/GO, Canoas/RS, Santa Maria/RS, Porto Velho/RO e Boa Vista/RR, a fim de suprir as demandas exigidas ao SISCOMIS nas operações militares, bem como as ações de defesa sob responsabilidade das Forças Armadas (FA) Brasileiras. Tecnicamente falando, o crescimento e a evolução das operações conjuntas realizadas pelas FA têm provocado uma demanda pelo incremento do emprego do SISCOMIS e dos serviços da ROD, o que justifica o aumento da capacidade e da velocidade dos enlaces terrestres, a fim de que as interligações entre os CC² ocorram de maneira integrada e com rapidez e confiabilidade exigidas.

3.4. Parcelamento da Solução de TIC – (IN. 01/2019, art. 12, §2º, inciso I)

3.4.1. O Art. 23, parágrafo 1º, da Lei 8666, de 1993, determina que as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Neste sentido, a Súmula TCU nº 247 dispõe que é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

3.4.2. Entretanto, o objeto em tela não pode ser dividido em função da economicidade e necessidade de padronização de fibras, roteadores e demais equipamentos que se façam necessários à constituição da rede IP VPN. Ou seja, não é econômico abrir a possibilidade para diferentes empresas fazerem a instalação destes itens, gerando uma logística diferenciada em cada PP, aumentando os custos logísticos e, possivelmente, gerando uma série de entraves técnicos e gerenciais. Além disso, é sabido que a padronização propicia a redução de custos operacionais.

3.5. Da Formação do Consórcio – (IN. 01/2019, art. 12, §2º, inciso II)

3.5.1. Conforme o entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P” e Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1) do Tribunal de Contas da União - TCU, “...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada”.

3.5.2. No presente Termo de Referência, embora o objeto possa ser classificado como serviço comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado, em conformidade com o disposto no art. 1º da Lei nº 10.520/02, o instrumento convocatório deverá prever a possibilidade de participação de entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, uma vez que o objeto do presente termo envolve serviços de grande vulto, uma vez que:

3.5.2.1. tendo em vista a abrangência demasiada grande da Rede IP VPN, considerando todo o território nacional, bem como a natureza restrita do mercado de telecomunicações, haja vista a necessidade de grande aporte de capitais, instalação de infraestruturas e dentre outros fatores que impedem a existência de um número razoável de empresas disponíveis para prestar o referido serviço, é importante permitir a formação de associações, o que beneficiará a administração com o aumento da participação de empresas na licitação, aumentando a competição e consequentemente podendo reduzir o preço final da contratação.

3.5.2.2. a responsabilidade pela execução do objeto é da futura CONTRATADA, inclusive com respeito à parte dos serviços que tiverem sido subcontratados ou terceirizados via associação.

3.6. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

O resultado esperado é a ampliação da interoperabilidade do MD com as Forças Singulares.

4 – ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – (IN.01/2019, art. 16)

4.1. Requisitos de Negócio - (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “a”)

4.1.1. em virtude do alto custo e das restrições impostas pelos recursos satelitais existentes no SISCOMIS, há atualmente 27 pontos de presença, ao longo do território nacional, de interesse da Etta Mi D, atendendo à demanda de comunicações multimídia;

4.1.2. embora os enlaces da TELEBRAS atendam atualmente às demandas essenciais já estabelecidas por ocasião de sua contratação inicial em 2014, tais como dados, novas aplicações vêm surgindo com exigências de mais capacidade desses canais de comunicações, tais como desenvolvimento ou acréscimo de funcionalidades de sistemas de planejamento, acompanhamento e apoio à decisão para operações conjuntas e interagências, sistema de gestão logística para operações conjuntas, sistemas de distribuição de imagens de grandes dimensões e vídeo, em proveito dos comandos operacionais ativados. Por conseguinte, torna-se necessário o aumento da capacidade dos referidos enlaces, bem como a previsão contratual de futuras expansões, caso necessárias; e

4.1.3. outro aspecto que abrange tanto os enlaces contratados da TELEBRAS é a inexistência de redundância por meio terrestre em caso de indisponibilidade de um dos dois nós principais da ROD, a ECB e a ERJ, tendo-se em vista tratarem-se de enlaces virtuais ponto-a-ponto dedicados. Adota-se atualmente contingência por intermédio de enlaces satelitais com algumas delas, implantados especificamente para operações conjuntas ou singulares, o que em geral envolve uma capacidade de tráfego mais restritiva devido às limitações existentes e ao seu custo, ou emprego da rede interna (Intranet) de uma das Forças, aproveitando-se a capacidade disponível no momento, o que pode não suprir a demanda momentânea. Portanto, visando-se melhoria da disponibilidade da capacidade do segmento terrestre da ROD sem perda de desempenho, a necessidade de se contratar enlaces com tecnologia que permita a alternância, no mínimo, entre a ECB e a ERJ como nós centrais da referida rede, respectivamente, principal e reserva, somando-se isso à implantação de centro de dados alternativo nessa última estação, que hospedará os principais serviços hoje providos somente em Brasília.

4.2. Requisitos de Capacitação - (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “b”)

Ao final do término da implantação da rede IP VPN deverá ocorrer a passagem de conhecimento da CONTRATADA aos técnicos da CONTRATANTE, conforme o que está previsto na seção 2.3.10 Requisitos de Transferência de Conhecimento.

4.3. Requisitos Legais - (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “c”)

4.3.1. Decreto-lei nº 200/1967, art. 10, § 7º - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;

4.3.2. Lei nº 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

4.3.3. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

4.3.4. Lei nº 9.854/1999 - Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regula o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

4.3.5. Decreto nº 9.637/2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional;

4.3.6. Portaria Interministerial MP/MC/MD nº 141/2014 - Dispõe que as comunicações de dados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional deverão ser realizadas por redes de telecomunicações e serviços de tecnologia da informação fornecidos por órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista da União e suas subsidiárias, observado o disposto nesta Portaria;

4.3.7. Instrução Normativa SLTI nº 01/2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

4.3.8. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.3.9. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 1/2019 e alterações posteriores- Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;

4.3.10. Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.3.11. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC-2016/2019- Ministério da Defesa;

4.3.12. Portaria Normativa nº 1.292/MD, de 26 de maio de 2014 - Política de Segurança da Informação para o Sistema Militar de Comando e Controle - MD31-P-03; e

4.3.13. Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

4.4. Requisitos de Manutenção - (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “d”)

4.4.1. o CONTRATANTE pode solicitar, se julgar oportuno, alterações nos projetos originais, na conectividade, nos processos e na tecnologia de rede, à medida que novas soluções estejam disponíveis e resultem em comprovadas melhorias na eficiência e nos custos dos serviços contratados;

4.4.2. a CONTRATADA deve manter todos os equipamentos da rede atualizados durante toda a vigência do contrato, na versão mais atual e estável do sistema operacional, software e firmware, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e mediante aprovação do CONTRATANTE;

4.4.3. a aplicação de patches de atualização e/ou correção deve ser executada pela CONTRATADA em todos os componentes da rede em um prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do lançamento da versão estável do componente, mediante aprovação do CONTRATANTE;

4.4.4. após a aplicação de patches de atualização e/ou correção deve ser enviada ao CONTRATANTE, em até 5 (cinco) dias, um relatório técnico sobre as versões atuais de patches e/ou correção dos equipamentos alterados;

4.4.5. caso haja previsão de indisponibilidade do serviço durante a aplicação dos patches, a atividade deve ser executada fora do horário comercial, em data a ser acordada com o CONTRATANTE;

4.4.6. caso haja a necessidade de realização de configurações que possam gerar indisponibilidades dos serviços contratados, a CONTRATADA deve informar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, a necessidade de realizar as referidas mudanças, apresentando um relatório que contenha, no mínimo, a descrição do procedimento que a ser executado, o dia e horário previstos para realizar a mudança, a duração, impacto, os responsáveis e os procedimentos de contingência e de recuperação. Ao término da mudança deve ser emitido, no prazo de 2 (dois) dias úteis, um relatório detalhado das ações efetivamente executadas e dos resultados obtidos;

4.4.7. todo e qualquer dispositivo, software, equipamento e acessório, como também sua infraestrutura de comunicações, necessários ao pleno fornecimento dos enlaces e ao monitoramento de seus níveis de serviço, incluindo-se aqueles necessários à interconexão com os roteadores da ROD, deverá ser fornecido, instalado, configurado, mantido, gerenciado e operado pela CONTRATADA, que deverá ainda incluir os índices desses itens naqueles a serem empregados para cálculo e medição dos níveis de serviço.

4.4.8. sempre que houver manutenção em um enlace ou em qualquer item que dele faça parte, seja de caráter preventivo ou corretivo, a CONTRATADA deverá realizar testes funcionais que assegurem seu pleno funcionamento;

4.4.9. a CONTRATADA deverá planejar, gerenciar e executar de maneira proativa a manutenção de todos os itens de sua infraestrutura, propiciando os níveis de serviço contratados e permitir à CONTRATANTE aferir sistematicamente tais níveis; e

4.4.10. ao término do contrato ou no caso de migração de um PP para soluções contratadas no contexto de outros Projetos do CONTRATANTE, a CONTRATADA deve participar ativamente da elaboração do Plano de Transição correspondente, fornecendo todas as informações solicitadas e necessárias ao planejamento das atividades, realizar as configurações de transição nos ativos de sua responsabilidade e apoiar, sempre que necessário, no diagnóstico e solução dos problemas relacionados.

4.5. Requisitos Temporais - (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “e”)

4.5.1. Todos os PP previstos na contratação pretendida deverão ser implantados em até 120 (cento e vinte) dias corridos após a assinatura do contrato;

4.5.2. Deve ser estabelecido um cronograma físico-financeiro que permita, a partir da emissão da Ordem de Fornecimento de Bens e Serviços (OFBS) específica de cada enlace, seu estabelecimento com respectivo recebimento provisório, a realização de testes por um período mínimo de 30 (trinta) dias corridos, que permitam a constatação do pleno cumprimento dos níveis de serviço contratados, seu recebimento definitivo após comprovação de pleno funcionamento, para que então o enlace atual correspondente possa ser desativado e ser então iniciada a cobrança desse novo enlace, de modo a não haver sobreposição de custos, como também para se evitarem problemas durante a transição da prestação de serviços que impactem na disponibilidade da ROD e dos serviços nela disponibilizados; e

4.5.3. Tal transição deverá dar início, preferencialmente, antes do encerramento do contrato atual vigente, de modo a NÃO ocorrer qualquer interrupção de prestação entre o serviço atualmente prestado e o serviço prestado pela empresa futuramente contratada. Tal antecedência deverá ser acertada entre as partes.

4.6. Requisitos de Segurança - (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “f”)

4.6.1. toda informação referente à CONTRATANTE que a CONTRATADA vier a tomar conhecimento por necessidade de execução dos serviços ora contratados não poderá, sob hipótese nenhuma, ser divulgada a terceiros sem expressa autorização da CONTRATANTE;

4.6.2. o CONTRATANTE terá propriedade sobre todos os documentos produzidos no escopo da presente contratação, que devem ser gerados e entregues de acordo com os padrões e formatos definidos de acordo do CONTRATANTE;

4.6.3. os recursos de TI do CONTRATANTE não poderão ser utilizados pela CONTRATADA para realização de atividades alheias aos serviços previstos ou englobados nesta contratação, exceto quando autorizado pelo CONTRATANTE;

4.6.4. a CONTRATADA deverá identificar previamente as pessoas que, em seu nome, terão acesso a material, dados, informações e às instalações do CONTRATANTE;

4.6.5. os técnicos ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar-se devidamente antes de efetuarem qualquer serviço nas dependências do CONTRATANTE;

4.6.6. o acesso ao ambiente do CONTRATANTE, por técnicos e representantes da CONTRATADA, dar-se-á sempre mediante agendamento prévio e acompanhado por pessoal credenciado da equipe do CONTRATANTE;

4.6.7. nos casos não considerados urgentes ou emergenciais, esse agendamento prévio deve ser efetuado pelo CONTRATANTE com, ao menos, 10 (dez) dias úteis de antecedência;

4.6.8. todo e qualquer pessoal da CONTRATADA que venha a executar serviços nas dependências do CONTRATANTE deverá ter seus dados de identificação fornecidos visando prévia verificação de segurança e consequente autorização, por parte do CONTRATANTE;

4.6.9. a Política de Segurança da Informação e das Comunicações (POSIC) do SISMC², bem como as normas internas vigentes, deverão ser estritamente observadas;

4.6.10. medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo relativo à execução do objeto contratado deverão ser tomadas por parte da CONTRATADA; e

4.6.11. visando se obter maior confiabilidade da ROD, por intermédio do incremento de sua disponibilidade, todos os pontos de presença deverão interligar-se, no mínimo, a dois pontos principais dessa rede, ECB e ERJ, para que se obtenha redundância adequada à sua finalidade principal de Defesa e Segurança Nacional.

4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais - (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “g”)

Em relação a termos de efetividade e de desenvolvimento sustentável a IN nº 1/SLTI/MPOG/2010, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020), não dispõem de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente instrumento.

4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “a”)

4.8.1. a CONTRATADA deve empregar a tecnologia de Redes Privativas Virtuais (Virtual Private Networks) com Internet Protocol (IP), onde a adição e a remoção do rótulos (labels) devem ser feitas nos equipamentos de borda de propriedade da CONTRATADA, que deverão interligar-se aos da CONTRATANTE nos PP ou acessos por interface de conexão ethernet, com taxas de bits compatíveis àquelas contratadas para cada enlace, empregando-se circuitos digitais, a fim de garantir a segregação para a ROD;

4.8.2. a infraestrutura da CONTRATADA deve prover conectividade tanto em IPv4 quanto IPv6, devendo também ser suportados os protocolos de roteamento empregados pelo CONTRATANTE nas bordas, sem a necessidade de divulgação das rotas internas dessa última, mas tão somente seu sumário;

4.8.3. para cada PP, a CONTRATADA deve levantar se a infraestrutura existente suporta seus equipamentos e a passagem de seus cabos, devendo inclusive fornecer todos os itens necessários a sua instalação, incluindo racks, caso não haja espaço disponível nos racks existentes nas instalações do CONTRATANTE; e

4.8.4. o fornecimento de todos os equipamentos e meios necessários à plena prestação dos serviços deve ser de responsabilidade da CONTRATADA, excluindo-se o fornecimento de energia elétrica para alimentação dos equipamentos nas dependências dos PP, o aterramento da rede e a climatização dessas dependências.

4.8.5. tendo em vista a abrangência demasiada grande da Rede IP VPN, considerando todo o território nacional, bem como a natureza restrita do mercado de telecomunicações, haja vista a necessidade de grande aporte de capitais, instalação de infraestruturas e dentre outros fatores que impedem a existência de um número razoável de empresas disponíveis para prestar o referido serviço, é importante permitir a formação de associações, o que beneficiará a administração com o aumento da participação de empresas na licitação, aumentando a competição e consequentemente podendo reduzir o preço final da contratação.

4.8.6. assim, deve-se ainda considerar a aceitação de a CONTRATADA terceirizar seus serviços

4.8.7. sobretudo, a responsabilidade pela execução do objeto é da futura CONTRATADA, inclusive com respeito à parte dos serviços que tiverem sido subcontratados ou terceirizados via associação.

4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “b”)

A CONTRATADA deverá apresentar o PE contendo o Plano de Implantação, o Plano de Transição, a Matriz de Responsabilidades, o Plano de Respostas aos Riscos e o Cronograma das atividades em, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, contados da partir da assinatura do Contrato.

4.10. Requisitos de Implantação - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “c”)

4.10.1 a contratação dos enlaces a serem especificados nesse TR deverá ocorrer em um único item, junto uma única empresa, para o atendimento em todo o território nacional, levando-se em consideração a criticidade da ROD e a necessidade de plena integração de todos os PP da rede IP VPN;

4.10.2. cumpre esclarecer que o provimento de enlaces por diferentes empresas incorreria em maior complexidade de implantação da rede, dificuldades na interoperabilidade e integração das infraestruturas, inviabilizando assim a solução pretendida; e

4.10.3. sob o ponto de vista administrativo, a contratação de mais de uma empresa incorre aumento de custo administrativo devido à necessidade de instauração de mais de um processo, além de dificuldades na fiscalização e na gestão dos diferentes contratos, o que se pode constatar pela situação atual, descrita no início deste documento.

4.11. Requisitos de Garantia - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “d”)

A CONTRATADA deverá garantir a prestação dos serviços contratados por todo o período de vigência contratual, devendo também transferir todas as informações necessárias a uma perfeita transição para prestadora do contrato seguinte, por ocasião de cancelamento ou fim de vigência do Contrato com ela celebrado.

4.12. Requisitos de Experiência Profissional - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “f”)

4.12.1. A CONTRATADA deverá comprovar a experiência de sua equipe envolvida, adequada à execução do objeto a ser contratado, em conformidade com o Art. 30 da Lei nº 8.666/93 e conforme o disposto na Lei nº 5.194/66.

4.12.2. Os requisitos tecnológicos que definem a natureza da experiência profissional exigida da equipe de implementação e implantação da solução e as respectivas formas de comprovação dessa experiência, a serem cobrados por ocasião da contratação, são os seguintes:

4.12.2.1. O responsável técnico e a equipe técnica da empresa contratada para a implementação e implantação da solução devem possuir experiência na execução dos serviços de instalação, configuração e atualização previstos na solução de implementação de rede IP VPN ofertada; e

4.12.2.2. Um mínimo 02 (dois) anos de experiência do responsável técnico da empresa e de sua equipe técnica da implantação e implementação de rede IP VPN, comprovada por certidões competentes ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

4.13. Requisitos de Formação da Equipe - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “g”)

A CONTRATADA deverá comprovar a formação profissional de sua equipe envolvida, adequada à execução do objeto a ser contratado, em conformidade com o Art. 30 da Lei nº 8.666/93, incluindo registro dos responsáveis técnicos junto ao CREA e comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnicos adequados e disponíveis para a realização do objeto a ser contratado, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “h”)

4.14.1. em, no máximo, 20 (vinte) dias após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar um PE da rede lógica que atenderá a todos PP, contendo todas suas características e configurações, para prévia aprovação pelo CONTRATANTE, que por sua vez terá 15 (quinze) dias para aprová-lo;

4.14.2. após a aprovação desse PE, o CONTRATANTE, de acordo com suas necessidades, emitirá uma OFBS para implantação de cada PP à CONTRATADA, que terá 60 (sessenta) dias para concluí-la, com exceção dos PP com maior nível de dificuldade de implantação, que deverão constar na proposta com prazo não superior a 90 (noventa) dias;

- 4.14.3. cumpre ressaltar que, para cada PP solicitado, um PE de sua rede física específica deve ser entregue pela CONTRATADA e aprovado pelo CONTRATANTE antes do início da execução efetiva do serviço;
- 4.14.4. a CONTRATADA deverá realizar visita técnica (site survey) para levantar todos os subsídios à elaboração do PE, podendo aproveitar espaços em gabinetes existentes, desde que autorizados pelo responsável local. Caso contrário, a CONTRATADA deverá fornecer o gabinete para instalação de seus equipamentos e materiais. A energia elétrica e a climatização serão fornecidas pela infraestrutura local de cada PP;
- 4.14.5. a CONTRATADA deverá comunicar a conclusão da implantação de cada PP, para que o CONTRATANTE emita então um TRP em até 7 (sete) dias. A partir desse último evento, será contado um prazo de 30 (trinta) dias corridos a título de validação desse PP, para realização de testes e aferição de seus níveis de serviço;
- 4.14.6. passado o prazo de testes do PP, o CONTRATANTE emitirá, em até 15 (quinze) dias, um TRD, sendo nesse ínterim desativado o enlace que atualmente atende o PP considerado por intermédio de contrato anterior;
- 4.14.7. a autorização para início de cobrança pelo fornecimento de cada PP será emitida pelo CONTRATANTE por ocasião da entrega do TRD, caso não haja nenhuma pendência;
- 4.14.8. a implantação, a supressão ou desativação, a alteração de endereço e alteração de configuração para cada PP serão solicitados por intermédio de OFBS;
- 4.14.9. a CONTRATADA deverá permitir ao CONTRATANTE o acompanhamento permanente do desempenho de cada enlace, por intermédio de portal web que disponibilize os parâmetros de nível de serviço medidos;
- 4.14.10. nesse portal, deverão constar todos os chamados abertos, em execução e fechados, incluindo-se aqueles abertos automaticamente, por intermédio de gerência proativa dos serviços, chamados esses que deverão ser comunicados à CONTRATADA por correio eletrônico e SMS;
- 4.14.11. a verificação periódica e ad hoc (aferição) de parâmetros de nível de serviço devem ser permitidos por intermédio de acesso à ferramenta da CONTRATADA (portal web) ou comunicação via correio eletrônico;
- 4.14.12. caso haja falha na abertura automática de chamados ou o CONTRATANTE julgue haver necessidade de alguma correção, a CONTRATADA deve disponibilizar um número de discagem gratuita 0800 para tal, também podendo disponibilizar tal facilidade pelo portal de gerência proativa;
- 4.14.13. todo e qualquer chamado somente deve ser considerado fechado ou encerrado após a verificação da solução e o aval do CONTRATANTE; e
- 4.14.14. interrupções ou degradação do serviço decorrentes de manutenção programada devem ser comunicadas por e-mail ou outro mecanismo formal ao CONTRATANTE com, no mínimo, 1 (uma) semana de antecedência, para que receba a sua concordância e não conte para fim de nível de serviço.
- 4.15. Requisitos de Segurança da Informação - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “i”)
- 4.15.1. toda informação referente ao CONTRATANTE que a CONTRATADA vier a tomar conhecimento por necessidade de execução dos serviços ora contratados não poderá, sob hipótese nenhuma, ser divulgada a terceiros sem expressa autorização da CONTRATANTE;
- 4.15.2. o CONTRATANTE terá propriedade sobre todos os documentos e procedimentos operacionais produzidos no escopo da presente contratação, que devem ser gerados e entregues de acordo com os padrões e formatos definidos pelo CONTRATANTE;
- 4.15.3. os recursos de TI do CONTRATANTE não poderão ser utilizados pela CONTRATADA para realização de atividades alheias aos serviços previstos ou englobados nesta contratação, exceto quando autorizado pelo CONTRATANTE;
- 4.15.4. a CONTRATADA deverá identificar previamente as pessoas que, em seu nome, terão acesso a material, dados, informações e às instalações do CONTRATANTE;
- 4.15.5. os técnicos e representantes da CONTRATADA, deverão, sempre que possível, apresentar-se devidamente à equipe de fiscalização antes de efetuarem qualquer serviço nas dependências do CONTRATANTE; e
- 4.15.6. o acesso ao ambiente onde encontra-se a solução, por técnicos e representantes da CONTRATADA, dar-se-á sempre mediante agendamento prévio e acompanhado por pessoal credenciado da equipe de fiscalização do CONTRATANTE.
- 4.15.7. todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação deverão assinar o Termo de Responsabilidade, nos termos do contido no item 5.2.4 da Portaria Normativa nº 2/GM-MD, e tem como documento modelo o Apêndice IX – Modelo de Termo de Responsabilidade;
- 4.15.8. o Representante legal da CONTRATADA deve assinar o Termo de Confidencialidade, nos termos do contido no item 5.17.1 da Portaria Normativa nº 2/GM-MD, e tem como documento modelo o Apêndice X – Modelo de Termo de Confidencialidade.
- 4.16. Outros Requisitos Aplicáveis - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “j”)
- 4.16.1. a prestação dos serviços será baseada no modelo de remuneração em função dos resultados apresentados, em que os pagamentos serão feitos após mensuração e verificação de métricas quantitativas e qualitativas, contendo indicadores de desempenho e respectivas metas, com Acordo de Nível Serviço (ANS) definido em contrato, de modo a resguardar a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços;
- 4.16.2. os ANS contratados, apresentados no Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço, serão registrados e monitorados pela CONTRATADA e verificados e auditados pelo CONTRATANTE, sendo então comparados às metas de desempenho e qualidade, condição essa fundamental para se efetuarem os pagamentos previstos, durante toda a vigência do contrato; e
- 4.16.3. Os pagamentos deverão ser realizados pela emissão de uma única fatura mensal, contendo todo o detalhamento da prestação de serviços para cada PP, as glosas a serem efetuadas, bem como deve acompanhar um relatório detalhado de todos os indicadores de Níveis de Serviço.

5 – RESPONSABILIDADES - (IN. 01/2019, art. 16)

5.1. Deveres e responsabilidades do CONTRATANTE - (IN. 01/2019, art. 17, inciso I, alínea “a” – “h”)

5.1.1. são deveres e responsabilidades do CONTRATANTE:

- 5.1.1.1. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do TR, do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.1.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRTADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.1.1.3. exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.1.1.4. notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 5.1.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
- 5.1.1.6. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, conforme o disposto no art. 30 da IN. 01/2019;
- 5.1.1.7. encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de OFBS, de acordo com os critérios estabelecidos no TR, observando-se o disposto no arts. 18 e 32 da IN. 01/2019;
- 5.1.1.8. receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas, observando o disposto no art. 19 da IN. 01/2019;

- 5.1.1.9. realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 5.1.1.10. cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 5.1.1.11. notificar por escrito à CONTRATADA a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o contraditório e a ampla defesa;
- 5.1.1.12. aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 5.1.1.13. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
- 5.1.1.14. comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;
- 5.1.1.15. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.1.16. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração; e
- 5.1.1.17. a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela vencedora do certame com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da vencedora do certame, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA - (IN.01/2019, art. 17, inciso II, alínea “a” – “g”)

5.2.1. são deveres e responsabilidades da CONTRATADA:

- 5.2.1.1. cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 5.2.1.2. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento e em seus apêndices, acompanhado da respectiva documentação, constando a marca, fabricante, modelo, procedência, entre outras informações necessários ao pleno conhecimento dos materiais que compõem a Solução;
- 5.2.1.3. executar os serviços conforme especificações deste TR e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para o correto funcionamento da Solução prevista neste TR e em sua proposta;
- 5.2.1.4. indicar formalmente PREPOSTO apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.1.5. atender prontamente a quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.1.6. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.2.1.7. A Contratada deverá reparar os danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros pelos os quais tenha sido responsabilizada diretamente por culpa ou dolo de seu representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE, garantida a sua ampla defesa;
- 5.2.1.8. vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 5.2.1.9. propiciar todos os meios e facilidades necessários à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pelo CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 5.2.1.10. quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos, quando aplicáveis: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 5.2.1.11. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.2.1.12. manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação (quando especificada);
- 5.2.1.13. comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 5.2.1.14. prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 5.2.1.15. paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 5.2.1.16. promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 5.2.1.17. promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 5.2.1.18. submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 5.2.1.19. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.2.1.20. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.2.1.21. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.2.1.22. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal ou estadual, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 5.2.1.23. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 5.2.1.24. acatar, nos termos do parágrafo 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93, as solicitações do CONTRATANTE para acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto contratado;

5.2.1.25. abster-se, de qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE;

5.2.1.26. demonstrar que possui mecanismos que assegurem a segurança das informações da Administração Central do Ministério da Defesa por ela acessadas direta ou indiretamente (acesso aos ativos que contêm informações) e cumprir o disposto na POSIC quando aplicável;

5.2.1.27. manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do contrato, conforme art. 17, inciso I, alínea "g" da IN. 01/2019;

5.2.1.28. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e

5.2.1.29. o MD não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO - (IN. 01/2019, art. 18)

6.1. Rotinas de Execução - (IN. 01/2019, art. 18, inciso I)

Encontra-se descrita detalhadamente do item 6.1.4 deste documento.

6.1.1. Realização da Reunião Inicial - (IN. 01/2019, art. 31, inciso I - III)

Em até 10 dias da assinatura do contrato (de acordo com o constante no cronograma apresentado no item 6.1.4.1), será realizada a reunião inicial, a ser registrada em ata, convocada pelo Gestor do Contrato com a participação dos Fiscais Técnico, Requisitante e Administrativo do Contrato, da contratada e dos demais interessados por ele identificados, cuja pauta entre outros, será:

- a. presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o preposto da mesma;
- b. entrega, por parte da CONTRATADA, do Termo de Compromisso e dos Termo de Ciência, conforme art. 18, inciso V, da IN. 01/2019;
- c. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- d. métodos de avaliação, onde a devem ser definidos os testes de conformidade da solução contratada que serão aplicados;
- e. repasse à CONTRATADA de conhecimentos necessários à execução dos serviços ou ao fornecimento de bens; e
- f. a disponibilização de infraestrutura à CONTRATADA, quando couber.

6.1.2. Descrição dos eventos do período de ambientação, quando houver

Quando da realização de reunião inicial, a ser registrada em ata, convocada pelo Gestor do Contrato com a participação dos Fiscais Técnico, Requisitante e Administrativo do Contrato, da CONTRATADA e dos demais interessados por ele identificados, esta pauta observará, pelo menos:

- a. presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o preposto da mesma;
- b. entrega, por parte da CONTRATADA, do Termo de Compromisso e dos Termo de Ciência, conforme art. 18, inciso V, da IN. 01/2019; e
- c. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- d. o repasse à CONTRATADA de conhecimentos necessários à execução dos serviços; e
- e. a disponibilização de infraestrutura à CONTRATADA, quando couber.

6.1.3. Forma de execução e acompanhamento dos serviços

6.1.3.1. a execução do Contrato, nos termos do § 1º do art. 67 e art. 73, ambos da Lei nº 8.666/93, será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pelo Ministério mediante Portaria, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) apresentadas para fins de pagamento;

6.1.3.2. para o acompanhamento e fiscalização do Contrato serão utilizadas as disposições contidas na IN. 01/2019 e suas alterações;

6.1.3.3. caberá a EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico;

6.1.3.4. a CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, pelos os quais tenha sido responsabilizada diretamente por culpa ou dolo na execução do Contrato por qualquer irregularidade verificada, inclusive resultante de imperfeições técnicas ou de qualidade inferior. A fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA;

6.1.3.5. a Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto contratado, sem ônus para o Ministério, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas em TR e seus anexos, bem como no contrato e na proposta comercial;

6.1.3.6. a CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela execução do serviço contratado, sendo ao CONTRATANTE reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim;

6.1.3.7. especificamente, o monitoramento da execução deverá observar o disposto no Modelo de Gestão do Contrato, e consiste em:

- a. confecção e assinatura do TRP, modelo constante do Apêndice III a este TR, a cargo do Fiscal Técnico do Contrato, quando da entrega do objeto constante na OS;
- b. avaliação da qualidade dos serviços realizados e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em contrato, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato;
- c. identificação de não conformidade com os termos contratuais, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato;
- d. verificação de aderência aos termos contratuais, a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato;
- e. verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica, a cargo dos Fiscais Administrativo e Técnico do Contrato;
- f. encaminhamento das demandas de correção à contratada, a cargo do Gestor do Contrato ou, por delegação de competência, do Fiscal Técnico do Contrato;
- g. encaminhamento de indicação de glosas e sanções por parte do Gestor do Contrato para a Área Administrativa;
- h. confecção e assinatura do TRD, modelo constante do Apêndice IV a este TR, a cargo do Fiscal Requisitante e Fiscal Técnico do Contrato, com base nas informações produzidas nos incisos I a VII deste item;
- i. autorização para o faturamento, a cargo do Gestor do Contrato com base nas informações produzidas no inciso VIII deste item, a ser encaminhada ao preposto da CONTRATADA;
- j. verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento, a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato;
- k. verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, a cargo do Fiscal Requisitante do Contrato, com apoio dos Fiscais Técnico e Administrativo do Contrato;
- l. verificação de manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do Contrato, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato;

m. encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual, a cargo do Gestor do Contrato; e

n. manutenção do Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica, a cargo do Gestor do Contrato, com apoio dos Fiscais Requisitante, Técnico e Administrativo.

6.1.4. Cronograma de execução de serviços - (IN. 01/2019, art 18, inciso I, alínea “a”)

A execução dos serviços dar-se-á em conformidade com o item 2.3 da Seção 2 (Especificações Técnicas da Solução Escolhida) e com a Seção 4 (Especificação dos Requisitos da Contratação), em especial o item 4.14 – Metodologia de Trabalho, de acordo ainda com o cronograma exposto na Tabela 6.1.

Tabela 6.1. Cronograma de execução de serviços				
Evento	Atividade	Precedência	Prazo	Responsável
1	Assinatura do Contrato	-	-	CONTRATANTE / CONTRATADA
2	Envio da designação do PREPOSTO da CONTRATADA	1	5du	CONTRATADA
3	Reunião inicial	1	10d	CONTRATANTE / CONTRATADA
4	Entrega do PE da rede	1	20d	CONTRATADA
5	Análise e, se necessário, exigência de correção do PE	4	15d	Equipe de Fiscalização do Contrato e Gestor
6	Entrega do PE corrigido	5	5du	CONTRATADA
7	Aprovação do PE ou reanálise o PE e sua aprovação	5 6	0d 5du	Equipe de Fiscalização do Contrato, Gestor
8	Emissão da OFBS	7	-	Gestor
9	Realização de <i>site survey</i> e elaboração e entrega de PE do enlace	8	30d	CONTRATADA
10	Análise e, se necessário, exigência de correção do PE de enlace	9	5du	Equipe de Fiscalização do Contrato, Gestor
11	Entrega do PE de enlace corrigido	10	5du	CONTRATADA
10	Aprovação do PE do enlace ou reanálise do PE e sua aprovação	10 11	0d 5du	Equipe de Fiscalização do Contrato, Gestor
11	Comunicação da ativação do enlace (prazos para infraestrutura totalmente própria e rede de acesso de terceiros).	8	60d 90d	CONTRATADA
12	Emissão do TRP	11	5du	Equipe de Fiscalização do Contrato, Gestor
13	Validação do enlace, por intermédio da aferição dos Acordos de Níveis de Serviço contratados ao longo de 1 mês	12	30d	Equipe de Fiscalização do Contrato, Gestor
14	Emissão do TRD	13	15d	Equipe de Fiscalização do Contrato, Gestor
15	Início da contagem de tempo para efeito de faturamento	14	0d	CONTRATADA
16	Emissão da OFBS para alteração de taxa de dados, alteração de endereço ou implantação de novo enlace.	15	-	Equipe de Fiscalização do Contrato, Gestor
17	Emitir Termo de Encerramento Contratual	1	365	CONTRATADA

Legenda: (d – dias corridos; du – dias úteis).

6.1.5. Cronograma de execução de serviços específicos

A execução de serviços específicos estarão previstos no PE.

6.1.6. Locais de entrega, quando aplicáveis – (IN. 01/2019, art 18, inciso I, alínea “a”)

Os PP deverão ser instalados nos locais descritos na Tabela 2.1.

6.1.7. Documentação mínima exigida - (IN. 01/2019, art. 18, inciso I, alínea “b”)

Conforme o item 2.3 da Seção 2 (Especificações Técnicas da Solução Escolhida) e a Seção 4 (Especificação dos Requisitos da Contratação), em especial o item 4.14 – Metodologia de Trabalho, além do previsto na IN. 13/2018).

6.1.8. Procedimentos de transição, transferência de conhecimento e finalização do contrato - (IN. 01/2019, art. 35)

Deverão ser observados procedimentos que garantam a transição contratual, quando aplicável, e encerramento do contrato no tocante a atividades de (cuja inobservância poderá acarretar nas sanções previstas nos artigos 51 a 59 da IN. 13/2018):

- manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração;
- entrega de versões finais dos produtos e da documentação;
- transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da solução de TIC;
- devolução de recursos;
- revogação de perfis de acesso; e
- eliminação de caixas postais.

6.2. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle - (IN. 01/2019, art. 18, inciso II)

Conforme Tabela 1.1 deste termo.

6.3. Mecanismos formais de comunicação - (IN. 01/2019, art. 18, inciso III)

Os mecanismos formais de comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA constituir-se-ão por:

6.3.1. OFBS, conforme modelo constante do Apêndice II – Ordem de Fornecimento de Bens e Serviços, para solicitações de implantação de PP, alteração de taxas de dados de enlace, mudança de endereço de PP, implantação de novos PP e desativação de PP;

6.3.2. Portal da Solução de Gerência Proativa (SGP), disponibilizado pela CONTRATADA, para abertura de chamados e acompanhamento de chamados, acompanhamento e auditoria dos NS contratados e do desempenho da rede, solicitação e visualização de relatórios de NS;

6.3.3. Serviço de atendimento por discagem gratuita 0800, disponibilizado pela CONTRATADA, para abertura manual de chamados, reclamações e outras solicitações não incluídas nos outros itens;

6.3.4. a CONTRATADA informará o número do chamado técnico no ato da comunicação efetuada pela equipe do MD, o qual servirá de referência para acompanhamento do chamado, inclusive após o encerramento do mesmo;

6.3.5. os chamados técnicos terão origem em decorrência de qualquer problema detectado pela equipe do MD no tocante ao pleno estado de funcionamento da solução, inclusive problemas relacionados à instalação, configuração e atualização;

6.3.6. na abertura do chamado técnico junto à Central de Atendimento serão fornecidas, no mínimo, as seguintes informações:

6.3.6.1. problema observado;

6.3.6.2. nome, telefone, e-mail do profissional do MD responsável pela solicitação; e

6.3.6.3. nível de severidade do chamado, conforme Tabela 2.2 - Nível de Criticidade dos chamados dos PP.

6.3.7. o fornecedor informará o número do chamado técnico no ato da comunicação efetuada pela equipe do MD, o qual servirá de referência para acompanhamento do chamado, inclusive após o encerramento do chamado:

6.3.7.1. a CONTRATADA, após a realização dos serviços, deverá apresentar um Relatório de Visita, contendo identificação do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora do início e término do atendimento, identificação do defeito, técnico responsável pela solução, às providências adotadas e outras informações pertinentes. Este relatório deverá ser homologado por responsável do CONTRATANTE.

6.3.8. um chamado técnico somente poderá ser fechado após a confirmação do CONTRATANTE, de maneira que o término do atendimento se dê com a disponibilidade do recurso para uso, em perfeitas condições de funcionamento, no local onde o mesmo está instalado; e

6.3.9. ofícios, atas de reuniões e mensagens de correio eletrônico para todo e qualquer tipo de comunicação em que se fizer necessária sua documentação e seu arquivamento.

6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança - (IN. 01/2019, art. 18, Inciso V)

A CONTRATADA e seus profissionais deverão seguir aos seguintes procedimentos e premissas de segurança envolvidos na prestação dos serviços:

6.4.1. manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações de interesse do Ministério da Defesa ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos;

6.4.2. cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na POSIC do SISMC²;

6.4.3. não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia e expressa autorização do MD;

6.4.4. manter sigilo de todas as informações a que tiveram acesso inclusive após o término da vigência contratual ou eventual rescisão;

6.4.5. assinar Termo de Compromisso e de Manutenção do Sigilo;

6.4.6. o modelo do Termo de Compromisso contém a declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no órgão ou entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, encontra-se no Apêndice VI – Termo de Compromisso;

6.4.7. o modelo do Termo de Ciência da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação encontra-se no Apêndice VII – Termo de Ciência; e

6.4.8. Por fim, o objeto não se enquadra nas hipóteses de aplicação do Decreto nº 9.637/2018, que trata da segurança física e a proteção de dados organizacionais, cujos serviços podem ser contratados por dispensa de licitação (Lei 8.666/93, art. 24, IX), com vistas à preservação da segurança nacional (art. 1º, III, do Decreto nº 2.295/97).

6.5 – Papéis e Responsabilidades (IN. 01/2019, Art. 18, Inciso I, alínea c)

Tabela 6.2. Papéis e responsabilidades		
Papeis	Formação	Resumo das atividades
Gestor do Contrato	Servidor com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais, relacionadas ao processo de gestão do contrato.	<ul style="list-style-type: none"> • Providenciar reunião inicial com a CONTRATADA. • Promover reuniões de controle entre fiscais e representantes da CONTRATADA. • Encaminhar pedidos de sanções. • Providenciar TRD. • Autorizar emissão de notas fiscais. • Gerir o contrato. • Acompanhar a prestação dos serviços de Suporte Técnico. • Gerir pagamentos. • Encaminhar eventuais comunicações à CONTRATADA por intermédio do preposto. • Observar as normas contidas neste TR para a execução da gestão contratual. • Observar as normas internas do MD para execução da gestão contratual.

Tabela 6.2. Papéis e responsabilidades		
Papeis	Formação	Resumo das atividades
Fiscal Técnico do Contrato	Servidor representante da Área de TI, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato.	<ul style="list-style-type: none"> • Providenciar TRP. • Receber as OS, avaliar a compatibilidade contratual, registrar, autorizar e encaminhar à CONTRATADA para execução. • Produzir pareceres técnicos sobre a execução do contrato. • Avaliar a qualidade dos serviços prestados.
Fiscal Requisitante do Contrato	Servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional.	<ul style="list-style-type: none"> • Confecção e assinatura das OS, para fins de encaminhamento formal à CONTRATADA. • Homologar o serviço prestado. • Confecção e assinatura do TRD, para fins de encaminhamento para pagamento com base nas informações produzidas. • Identificar problemas e apontar possíveis soluções. • Garantir a execução contratual. • Observar as normas contidas neste TR para a execução da gestão contratual.
Fiscal Administrativo do Contrato	Servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos.	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar aderência aos termos contratuais. • Indicar termos não aderentes ao contrato e à legislação pertinente. • Verificar regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias em relação à CONTRATADA. • Identificar problemas e apontar possíveis soluções. • Garantir a execução contratual. • Observar as normas contidas neste TR para a execução da gestão contratual.
Equipe Técnica da CONTRATADA	Empresa contratada para execução dos serviços do objeto, de acordo com este TR.	<ul style="list-style-type: none"> • Executar fielmente o contrato. • Efetuar correções necessárias durante a execução contratual.
Preposto	Responsável pelo acompanhamento e contato entre CONTRATANTE e CONTRATADA, recebimento de notificações e a apresentação de documentos.	<ul style="list-style-type: none"> • Supervisionar os serviços de suporte. • Realizar reuniões periódicas com o CONTRATANTE. • Elaborar e encaminhar os relatórios de serviços executados. • Representar a CONTRATADA no acompanhamento da execução do Contrato. • Receber e dar andamento a todas as comunicações recebidas do Gestor do Contrato em tempo hábil. • Acompanhamento e realização do contrato.

6.6 – Execução do Pagamento em Função dos Resultados Obtidos (IN. 01/2019, Art. 18, Inciso IV)

O pagamento será mensal, por PP totalmente ativado, a partir da emissão de respectivo TRD, conforme modelo constante do Apêndice IV – Termo de Recebimento Definitivo, após verificado o cumprimento dos NS, por intermédio de relatórios fornecidos pela CONTRATADA para cada um desses PP, juntamente a uma fatura mensal única, contendo discriminação dos serviços prestados para cada PP e todas as glosas indicadas por esses relatórios. Um sistema de monitoramento do CONTRATANTE será empregado para confrontar as informações dos relatórios em tela e verificar em tempo real o fiel cumprimento do contrato.

6.7 – Repactuação Contratual

Os preços pactuados poderão ser reajustados anualmente, em percentuais que não ultrapassem o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), estabelecidos pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

6.8 - Garantia de Execução Contratual (Lei 8.666/1993, Art. 56, §§ 1º e 2º)

6.8.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

6.8.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

6.8.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

6.8.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

6.8.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6.8.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

6.8.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

6.8.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

6.8.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

6.8.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

6.8.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

6.8.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

6.8.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

6.8.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

6.8.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.8.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

6.8.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.8.12. Será considerada extinta a garantia:

6.8.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

6.8.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

6.8.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

6.8.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

6.9. Do Encerramento do Contratual

Ao final do contrato deverá ser apresentado à CONTRATADA, em duas vias, o Termo de Encerramento Contratual conforme o Apêndice V – Termo de Encerramento Contratual assinado pela autoridade máxima da área Administrativa que deverá ser assinada pelo representante da CONTRATADA e este ficará com uma das vias do documento.

6.10. Alteração Subjetiva

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO – (IN. 01/2019, art. 19)

7.1. Critérios de Aceitação - (IN. 01/2019, art. 19, Inciso I)

7.1.1 – Níveis de Serviço

Serão empregados os NS constantes do Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço, para fim verificação do fiel cumprimento contratual.

7.1.2 – Níveis de Severidade

Conforme Tabela 2.2 - Nível de Criticidade dos chamados dos PP.

7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção – (IN. 01/2019, art. 19, Inciso II)

7.2.1 – Metodologia de Avaliação da Qualidade e Adequação da Solução (IN. 01/2019, Art. 19, Inciso II, alínea a)

7.2.1.1 – Mecanismos de Inspeção e de Avaliação da Solução (IN. 01/2019, Art. 19, Inciso II, alínea a, item 1)

a. Os testes necessários ao recebimento provisório da implantação de cada ponto de presença consistirão na constatação de sua conectividade e da taxa de dados contratada, devendo ser detalhados seus procedimentos pela CONTRATADA no respectivo PE; e

b. Os testes para recebimento definitivo basear-se-ão no cumprimento dos NS ao longo de 30 (trinta) dias, conforme especificações constantes deste documento.

7.2.1.2 – Informações Necessárias à Gestão e Fiscalização do Contrato (IN. 01/2019, Art. 19, Inciso II, alínea a, item 3)

Conforme as seções 2 a 7, 10 e 11 deste termo.

7.2.1.3 - Mecanismos de Implantação e acompanhamento dos indicadores estabelecidos (IN. 01/2019, Art. 19, Inciso II, alínea a, item 2)

Conforme definido na subseção 7.1 – Critérios de Aceitação (IN. 01/2019, Art. 19, Inciso I).

7.2.1.4 – Listas de Verificação / Roteiros de Testes (IN. 01/2019, Art. 19, Inciso II, alínea a, item 4)

Serão adotados os critérios de verificação constantes Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço.

7.2.1.5 – Inspeções e Diligências (IN. 01/2019, Art. 19, Inciso II, alínea a, item 5)

Não se aplicam.

7.2.2 – Definição do Gestor e Equipe de Fiscalização da Contratação (IN. 01/2019, Art. 19, Inciso II, alínea b)

7.2.2.1. o MD, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto contratado;

7.2.2.2. a gestão e fiscalização contratual, será exercida por servidores qualificados para exercício dos seguintes papéis:

Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;

Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de TI, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato;

Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos;

Fiscal Requisitante do Contrato: servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional da Solução de Tecnologia da Informação; e

7.2.2.3. a gestão do contrato será exercida por servidores a serem designados para os papéis acima relacionados por intermédio de portaria própria, emitida pelo Departamento de Administração Interna (DEADI), a ser publicada logo após a assinatura do contrato.

7.2.3 – Demais Elementos Necessários à Fiscalização Contratual (IN. 01/2019, Art. 19, Inciso II, alínea c)

7.2.3.1. a fiscalização da prestação dos serviços será exercida pela Equipe de Fiscalização do Contrato e pelo Gestor do Contrato, devidamente nomeados, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA, Art. 67 da Lei n.º 8.666/93, com suas alterações;

7.2.3.2. o encaminhamento das notificações de correção à CONTRATADA, estão a cargo do Gestor do Contrato ou, por delegação de competência, do Fiscal Técnico do Contrato;

7.2.3.3. a fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, Art. 70 da Lei n.º 8.666/93, com suas alterações;

7.2.3.4. conforme inciso I do artigo 31 da Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, deverá ser realizada reunião inicial com participação dos Fiscais do Contrato, do Representante Legal da CONTRATADA e demais intervenientes identificados; e

7.2.3.5. conforme alínea “b” do inciso I do artigo 31 da Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, a pauta da reunião mencionada acima contemplará a entrega, por parte da CONTRATADA, dos Termos de Compromisso e de Responsabilidade nos casos em que se aplicarem.

7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos - (IN. 01/2019. art 19, Inciso I)

7.3.1 – Níveis de Serviço

Serão empregados os NS constantes do Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço, para fim verificação do fiel cumprimento contratual.

7.3.2 – Níveis de Severidade

Conforme Tabela 2.2 - Nível de Criticidade dos chamados dos PP.

7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento - (IN. 01/2019. art. 19, Inciso III e IV)

7.4.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

7.4.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

7.4.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

7.4.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

7.4.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

7.4.1.5. cometer fraude fiscal; e

7.4.1.6. não mantiver a proposta.

7.4.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

7.4.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

7.4.2.2. Multas, Moratória (de caráter sancionatório, que objetiva penalizar o atraso) e Compensatória (de caráter indenizatório, sendo uma prefixação de indenização por perdas e danos), na forma abaixo especificada:

a) Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) Multa compensatória de 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

d) Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

e) Multa compensatória de 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante da Tabela 7.1; e

Tabela 7.1. Grau de Gravidade e Percentual das multas	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

f) A inexecução das obrigações assumidas especificadas na Tabela 7.2, cujo rol não é exaustivo, será aplicado o percentual de multa em concordância com a gravidade apresentada na Tabela 7.1 da subcláusula anterior.

Tabela 7.2 - Nível de Gravidade de inexecução da obrigações assumidas	
INFRAÇÃO	
DESCRIÇÃO	GRAU
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; e	2
Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia.	3
Para os itens a seguir, deixar de:	
Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	1
Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; e	1
Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	1

7.4.2.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

7.4.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas, pelo prazo de até dois anos;

7.4.2.5. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

a) A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 7.4.1 deste Termo de Referência.

7.4.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

7.4.3. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a União poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.4.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

7.4.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.4.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

7.4.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

7.4.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

7.4.6.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

7.4.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

7.4.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR;

7.4.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

7.4.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público; e

7.4.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.5 – Procedimentos para Emissão da Nota Fiscal e Pagamento (IN. 01/2019, Art. 19, Inciso V)

7.5.1. o pagamento será efetuado mensalmente, vinculado à emissão de fatura/nota fiscal relacionando os serviços prestados para cada enlace/PP no período anterior, cujo início dar-se-á com a emissão dos respectivos TRD, com a implantação desses pontos de presença solicitados por intermédio de OFBS, conforme modelo constante do Apêndice II – Ordem de Fornecimento de Bens ou Serviços, emitida em moeda corrente nacional, após a efetiva entrega da demanda;

7.5.1.1 O prazo será contado a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.1.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.2. o atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, a qual deve ser encaminhada com relatório contendo as medições de todos os NS;

7.5.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.5.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.5.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.5.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante

7.5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.13. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$(6 / 100) / 365$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------------	--

7.5.15. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

7.5.16. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME no 53, de 8 de Julho de 2020.

7.5.16.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL01, de 18 de maio de 2020.

7.5.16.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME no 5, de 2017, caso aplicáveis.

7.6. Do Pagamento - (IN. 01/2019, art. 19, inciso V)

Por tratar-se de prestação de serviços de caráter continuado, os pagamentos serão realizados mensalmente por PP implantado, aglutinados em nota fiscal mensal única, com o faturamento inicial contado a partir da data de emissão do TRD de cada um desses PP, conforme item 15 do cronograma constante do item 6.1.4.1 da Seção 6 e item 7.5 da Seção 7, ambos deste documento.

7.7. Das Sanções - (IN. 13/2018, arts. 51 a 67)

O descumprimento das obrigações relacionadas com confidencialidade e segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos, sem prejuízo das sanções estabelecidas.

7.8. Da classificação dos serviços

7.8.1. Todos os serviços pretendidos neste TR têm padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais praticadas no mercado; Assim, os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de bens/serviços comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/2002 (2272901), c/c art. 4º do Decreto nº 10.024/2019. Vide item 2.7 do ANEXO V da IN 05/2017;

7.8.2. Os serviços a serem contratados também se enquadram com continuados, nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão contratante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos; e

7.8.3. Logo, a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e o CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

8 – ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, art. 20)

O Custo Total desta Contratação possui o valor de R\$ 5.226.732,57 (cinco milhões, duzentos e vinte e seis mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e sete centavos), devendo observar o detalhamento do custo que se encontra no Apêndice XI.

9 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – (IN. 01/2019, art. 21)

9.1. Adequação Orçamentária - (IN. 01/2019, art. 21, inciso I)

9.1.1. Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta dos recursos orçamentários deste Ministério estão assim previstos:

9.1.1.1. ORGÃO/UNIDADE: 52101

9.1.1.2. UGR: 110404 – Departamento de Administração Interna do MD

9.1.1.3. PTRES: 085631 – Manutenção do SISCOMIS

9.1.1.4. FONTE: 100

9.1.1.5. AÇÃO: 20X5 – Comando e Controle da Defesa Nacional

9.1.1.6. PROGRAMA: 2058 – Política Nacional de Defesa

9.1.1.7. NATUREZA DE DESPESA: 33.90.40-13: Comunicação de Dados

9.2. Cronograma de Execução Físico-Financeiro - (IN. 01/2019, art. 21, inciso II)

9.2.1 Por tratar-se de prestação de serviços de caráter continuado, os pagamentos serão realizados mensalmente por PP implantado, aglutinados em nota fiscal mensal única, com o faturamento inicial contado a partir da data de emissão do TRD de cada um desses PP, conforme item 15 do cronograma constante do item 6.1.4.1 da Seção 6 e item 7.5 da Seção 7, ambos deste documento.

10 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, cujo prazo de vigência terá de 12 meses, a contar da data da assinatura;

10.2. A contagem dos meses e anos, para fins de contagem de prazos contratuais, deve se dar de data a data, de modo que se iniciem no mesmo dia em que foi assinado o contrato até o dia de igual número, e, caso não haja correspondência, no dia imediatamente posterior;

10.3. previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público;

10.4. a adjudicatária terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste TR;

10.4.1 alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento;

10.4.2. o prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

10.4.3. antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “online” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo;

10.5. na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste TR e no Edital;

10.6. o contrato poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, de acordo com o que prescreve o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

10.6.1. os serviços tenham sido prestados regularmente;

10.6.2. a Administração mantenha interesse na realização do serviço;

10.6.3. o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

10.6.4. a contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

10.7. a CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual; e

10.8. a prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo e dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de a realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

11 – DO REAJUSTE DE PREÇOS (quando aplicável) – (IN. 01/2019 art. 24)

11.1. os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. dentro do prazo de vigência do contrato, o reajuste deve ser automático e periodicamente realizado, de Ofício pela Administração Contratante, aplicando-se o do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), estabelecido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), ou de outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. no caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao

reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. o reajuste será realizado por apostilamento.

12 – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR – (IN. 01/2019 art. 23)

12.1. TIPO DE LICITAÇÃO

12.1.1. de acordo com o Art. 4º do Decreto nº 10.024/2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão, na sua forma eletrônica, com julgamento pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL e o regime de empreitada por preço global.

12.2 CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA A HABILITAÇÃO - (IN. 01/2019, art. 23, inciso IV)

12.2.1. comprovação de aptidão para o fornecimento dos serviços em características da solução objeto deste TR, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com os itens pertinentes, por meio da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

12.2.2. no(s) Atestado(s) devem estar explícitos:

- CNPJ e nome da licitante;
- a identificação da pessoa jurídica que está fornecendo o Atestado;
- o responsável pelo setor encarregado do objeto em questão;
- a especificação dos serviços executados ou em execução; e
- nome completo, telefone e assinatura do responsável pela sua emissão.

12.2.3. poderá ser necessário diligenciar a Pessoa Jurídica indicada no Atestado de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre o serviço prestado.

13 – DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO (IN. 01/2019, art. 12, §6º)

A Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) foi instituída pela Portaria nº 1639/DEADI/SEORI/SG-MD, de 22 de abril de 2020.

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o TR será assinado pela EPC e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

Seguem anexos a este Termo de Referência os seguintes documentos.

APÊNDICE I – Acordo de Níveis de Serviço;

APÊNDICE II – Modelo de Ordem de Fornecimento de Bens e Serviço;

APÊNDICE III – Modelo de Termo de Recebimento Provisório;

APÊNDICE IV – Modelo do Termo de Recebimento Definitivo;

APÊNDICE V – Modelo de Termo de Encerramento Contratual;

APÊNDICE VI – Modelo de Termo de Compromisso;

APÊNDICE VII – Modelo de Termo de Ciência;

APÊNDICE VIII - Estudo Técnico Preliminar;

APÊNDICE IX - Termo de Responsabilidade;

APÊNDICE X - Termo de Confidencialidade; e

APÊNDICE XI - Composição de Custos.

ANEXO II ao Edital

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES
NÚCLEO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2020-MD
SESSÃO PÚBLICA: ____/____/2020
HORÁRIO: ____h ____min

Proposta que faz a empresa para contratação de serviço de comunicação de dados fim-a-fim, com garantia de banda, para uma rede corporativa – a Rede Operacional de Defesa (ROD) – de longa distância de abrangência nacional, provido sobre uma rede IP, consoante especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2020-MD, conforme tabela abaixo:

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL, CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL		
ENDEREÇO	UF:	CEP:

TELEFONES	
E-MAIL	
DADOS BANCÁRIOS	

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	QTD.	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de serviço de comunicação de dados fim-a-fim, com garantia de banda, para uma rede corporativa – Rede Operacional de Defesa (ROD) – de longa distância (WAN) de abrangência nacional, provido sobre uma rede IP.	1	Serviço		
CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO:					R\$

<p>OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES</p>

Declaramos que atenderemos a todos os dispositivos constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2020-MD.

Declaramos que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas referentes ao objeto da licitação, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, transporte, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

Prazo de validade da proposta: dias (não inferior a 60 (sessenta) dias).

Local e data, de de 2020.

Assinatura e carimbo
(Representante Legal)

ANEXO III ao Edital

SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES
NÚCLEO DE PREGÃO

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E A EMPRESA**
.....

A **UNIÃO**, por intermédio do **Ministério da Defesa (MD) / Departamento de Administração Interna (DEADI), Coordenação de Licitações (COLIC) / Núcleo de Pregão (NUPREG)**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Anexo I do Bloco "O", sala 219, 2º andar, Plano Piloto, Brasília-DF, CEP 70049-900, CNPJ nº 03.277.610/0001-25, neste ato representada pelo Diretor do Departamento de Administração Interna da Secretaria de Organização Institucional, o **Contra-Almirante (IM) ALEXANDRE CHAVES DE JESUS**, nomeado pela Portaria nº 5.032/GM-MD, de 23/12/2019 (publicada no DOU nº 1, Seção 2 de 02/01/2020), delegação de competência advinda da Portaria nº 101/SEORI/SG, de 16/3/2016 (publicada no DOU nº 57, de 24/3/2016) e Portaria nº 1.836/SEORI/SG-MD, de 16/05/2018 (publicada no DOU nº 094, de 17/05/2018), CPF nº 905.655.337-20, portador da Carteira de Identidade Militar nº 425125, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado(a) na em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) portador(a) da Carteira de Identidade nº expedida pela (o) e CPF nº tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de Abril de 2019 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº/2020**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente é a **contratação de serviço de comunicação de dados fim-a-fim, com garantia de banda, para uma rede corporativa – Rede Operacional de Defesa (ROD) – de longa distância (WAN) de abrangência nacional, provido sobre uma rede IP**, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	QNT.	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO:					R\$

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

- 3.1. O custo total desta contratação possui o valor de R\$ (.....).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:
 - 4.1.1. Gestão/Unidade: 52101
 - 4.1.2. Fonte: 100
 - 4.1.3. Programa: 2058 - Política Nacional de Defesa
 - 4.1.4. Natureza de Despesa: 33.90.40-13: Comunicação de Dados.
- 4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

- 5.1. Procedimentos para Emissão da Nota Fiscal e Pagamento:
 - 5.1.1. o pagamento será efetuado mensalmente, vinculado à emissão de fatura/nota fiscal relacionando os serviços prestados para cada enlace/PP no período anterior, cujo início dar-se á com a emissão dos respectivos TRD, com a implantação desses pontos de presença solicitados por intermédio de OFBS, conforme modelo constante do Apêndice II – Ordem de Fornecimento de Bens ou Serviços, emitida em moeda corrente nacional, após a efetiva entrega da demanda;

5.1.2 O prazo será contado a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.1.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.1.4. o atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, a qual deve ser encaminhada com relatório contendo as medições de todos os NS;

5.1.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.1.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.1.6.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.1.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.1.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.1.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.1.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.1.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.1.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.1.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.1.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante

5.1.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.1.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.1.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-----------------	--

5.1.17. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

5.1.18. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME no 53, de 8 de Julho de 2020.

5.1.18.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL01, de 18 de maio de 2020.

5.1.18.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME no 5, de 2017, caso aplicáveis.

5.2. Do Pagamento - (IN. 01/2019, art. 19, inciso V)

5.2.1. Por tratar-se de prestação de serviços de caráter continuado, os pagamentos serão realizados mensalmente por PP implantado, aglutinados em nota fiscal mensal única, com o faturamento inicial contado a partir da data de emissão do TRD de cada um desses PP, conforme item 15 do cronograma constante do item 6.1.4.1 da Seção 6 e item 7.5 da Seção 7, ambos deste documento.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

6.1. os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. dentro do prazo de vigência do contrato, o reajuste deve ser automático e periodicamente realizado, de Ofício pela Administração Contratante, aplicando-se o do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), estabelecido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), ou de outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. no caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

- 6.4. nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 6.5. caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 6.6. na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.7. o reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 7.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.
- 7.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 7.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 7.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666 de 1993.
- 7.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 7.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 7.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 7.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 7.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 7.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 7.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 7.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 7.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 7.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do **artigo 827 do Código Civil**.
- 7.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 7.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 7.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 7.12. Será considerada extinta a garantia:
- 7.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 7.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017.
- 7.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 7.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. Forma de execução e acompanhamento dos serviços

- 8.1.1. a execução do Contrato, nos termos do § 1º do art. 67 e art. 73, ambos da Lei nº 8.666/93, será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pelo Ministério mediante Portaria, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) apresentadas para fins de pagamento;
- 8.1.2. para o acompanhamento e fiscalização do Contrato serão utilizadas as disposições contidas na IN. 01/2019 e suas alterações;
- 8.1.3. caberá a **EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico;
- 8.1.4. a CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, pelos os quais tenha sido responsabilizada diretamente por culpa ou dolo na execução do Contrato por qualquer irregularidade verificada, inclusive resultante de imperfeições técnicas ou de qualidade inferior. A fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA;
- 8.1.5. a Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto contratado, sem ônus para o Ministério, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas em TR e seus anexos, bem como no contrato e na proposta comercial;
- 8.1.6. a CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela execução do serviço contratado, sendo ao CONTRATANTE reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim;
- 8.1.7. especificamente, o monitoramento da execução deverá observar o disposto no Modelo de Gestão do Contrato, e consiste em:
- a. confecção e assinatura do TRP, modelo constante do Apêndice III a este TR, a cargo do Fiscal Técnico do Contrato, quando da entrega do objeto constante na OS;
- b. avaliação da qualidade dos serviços realizados e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em contrato, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato;
- c. identificação de não conformidade com os termos contratuais, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato;
- d. verificação de aderência aos termos contratuais, a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato;
- e. verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica, a cargo dos Fiscais Administrativo e Técnico do Contrato;

- f. encaminhamento das demandas de correção à contratada, a cargo do Gestor do Contrato ou, por delegação de competência, do Fiscal Técnico do Contrato;
- g. encaminhamento de indicação de glosas e sanções por parte do Gestor do Contrato para a Área Administrativa;
- h. confecção e assinatura do TRD, modelo constante do Apêndice IV a este TR, a cargo do Fiscal Requisitante e Fiscal Técnico do Contrato, com base nas informações produzidas nos incisos I a VII deste item;
- i. autorização para o faturamento, a cargo do Gestor do Contrato com base nas informações produzidas no inciso VIII deste item, a ser encaminhada ao preposto da CONTRATADA;
- j. verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento, a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato;
- k. verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, a cargo do Fiscal Requisitante do Contrato, com apoio dos Fiscais Técnico e Administrativo do Contrato;
- l. verificação de manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do Contrato, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato;
- m. encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual, a cargo do Gestor do Contrato; e
- n. manutenção do Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica, a cargo do Gestor do Contrato, com apoio dos Fiscais Requisitante, Técnico e Administrativo.
- 8.1.8. a fiscalização da prestação dos serviços será exercida pela Equipe de Fiscalização do Contrato e pelo Gestor do Contrato, devidamente nomeados, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA, Art. 67 da Lei n.º 8.666/93, com suas alterações
- 8.1.9. o encaminhamento das notificações de correção à CONTRATADA, estão a cargo do Gestor do Contrato ou, por delegação de competência, do Fiscal Técnico do Contrato;
- 8.1.10. a fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, Art. 70 da Lei n.º 8.666/93, com suas alterações;
- 8.1.11. Conforme inciso I do artigo 31 da Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, deverá ser realizada reunião inicial com participação dos Fiscais do Contrato, do Representante Legal da CONTRATADA e demais intervenientes identificados; e
- 8.1.12. conforme alínea “b” do inciso I do artigo 31 da Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, a pauta da reunião mencionada acima contemplará a entrega, por parte da CONTRATADA, dos Termos de Compromisso e de Responsabilidade nos casos em que se apliquem.
- 8.2. o MD, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto contratado;
- 8.2.1. a gestão e fiscalização contratual, será exercida por servidores qualificados para exercício dos seguintes papéis:
- 8.2.2. **Gestor do Contrato:** servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;
- 8.2.3. **Fiscal Técnico do Contrato:** servidor representante da Área de TI, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato;
- 8.2.4. **Fiscal Administrativo do Contrato:** servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos;
- 8.2.5. **Fiscal Requisitante do Contrato:** servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional da Solução de Tecnologia da Informação; e
- 8.3. a gestão do contrato será exercida por servidores a serem designados para os papéis acima relacionados por intermédio de portaria própria, emitida pelo Departamento de Administração Interna (DEADI), a ser publicada logo após a assinatura do contrato.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 9.1.1. são deveres e responsabilidades do CONTRATANTE:
- 9.1.1.1. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do TR, do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.1.1.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.1.1.3. exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.1.1.4. notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.1.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
- 9.1.1.6. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, conforme o disposto no art. 30 da IN. 01/2019;
- 9.1.1.7. encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de OFBS, de acordo com os critérios estabelecidos no TR, observando-se o disposto no arts. 18 e 32 da IN. 01/2019;
- 9.1.1.8. receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas, observando o disposto no art. 19 da IN. 01/2019;
- 9.1.1.9. realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 9.1.1.10. cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 9.1.1.11. notificar por escrito à CONTRATADA a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o contraditório e a ampla defesa;
- 9.1.1.12. aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 9.1.1.13. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
- 9.1.1.14. comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;
- 9.1.1.15. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

9.1.1.16. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração; e

9.1.1.17. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela vencedora do certame com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da vencedora do certame, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.2.1.1. cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2.1.2. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento e em seus apêndices, acompanhado da respectiva documentação, constando a marca, fabricante, modelo, procedência, entre outras informações necessários ao pleno conhecimento dos materiais que compõem a Solução;

9.2.1.3. executar os serviços conforme especificações deste TR e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para o correto funcionamento da Solução prevista neste TR e em sua proposta;

9.2.1.4. indicar formalmente PREPOSTO apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

9.2.1.5. atender prontamente a quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

9.2.1.6. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.2.1.7. A Contratada deverá reparar os danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros pelos os quais tenha sido responsabilizada diretamente por culpa ou dolo de seu representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE, garantida a sua ampla defesa;

9.2.1.8. vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.2.1.9. propiciar todos os meios e facilidades necessários à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pelo CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

9.2.1.10. quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos, quando aplicáveis: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9.2.1.11. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.1.12. manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação (quando especificada);

9.2.1.13. comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

9.2.1.14. prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.2.1.15. paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.2.1.16. promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

9.2.1.17. promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

9.2.1.18. submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

9.2.1.19. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.2.1.20. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.1.21. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.1.22. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal ou estadual, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.2.1.23. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.2.1.24. acatar, nos termos do parágrafo 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93, as solicitações do CONTRATANTE para acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto contratado;

9.2.1.25. abster-se, de qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE;

9.2.1.26. demonstrar que possui mecanismos que assegurem a segurança das informações da Administração Central do Ministério da Defesa por ela acessadas direta ou indiretamente (acesso aos ativos que contêm informações) e cumprir o disposto na POSIC quando aplicável;

9.2.1.27. manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do contrato, conforme art. 17, inciso I, alínea "g" da IN. 01/2019;

9.2.1.28. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e

9.2.1.29. o MD não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - REQUISITOS DE NÍVEIS DE SERVIÇO

10.1. Para todos os itens previstos neste TR, devem ser atendidas, durante toda a vigência do contrato, no mínimo, as seguintes exigências relativas aos NS:

10.1.1. uma série de indicadores deverá ser medida e calculada pela CONTRATADA periodicamente como condição para faturamento dos serviços. Tais métricas servirão como limiar de qualidade do serviço, compondo o que será denominado parâmetros ou indicadores de NS, listados neste item;

10.1.2. de acordo com as prioridades e exigências de NS definidas no Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço, a CONTRATADA deverá implementar e fornecer, de forma fim-a-fim, classificação e marcação de diferentes tipos de tráfego, configurando, no mínimo, 4 (quatro) classes de serviços;

10.1.3. a CONTRATADA deverá apresentar, para fins de pagamento mensal dos serviços, os seguintes parâmetros de ANS, todos segundo as orientações contidas do Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço:

a) Disponibilidade do Enlace;

b) Perda de Pacotes da Rede;

c) Latência da Rede;

d) *Jitter* da Rede; e

e) Disponibilidade da Solução de Gerência de Rede.

10.1.4. os níveis de serviço para a rede contratada devem considerar parâmetros de disponibilidade e de desempenho, incluindo a perda de pacote, a latência e *jitter* dos PP e enlaces existentes;

10.1.5. os níveis de serviço devem considerar, também, os prazos estabelecidos para o atendimento das Ordens de Serviço (OS) relacionadas, entre outras, a mudança de configuração do PP, mudança de localização de PP, ativação de novos PP e alteração dos chamados abertos através da Central de Atendimento;

10.1.6. para a coleta de dados referentes à medição dos níveis de serviço definidos neste TR deve ser utilizado o seguinte método:

a) todos os testes devem ser implementados de forma remota nos equipamentos de cada PP, utilizando técnicas de *RMON (Remote Network Monitoring)*, como *IP SLA (Internet Protocol Service Level Agreement)*, *NQA (Network Quality Analyzer)* ou similar;

b) os resultados obtidos nos testes remotos devem estar disponíveis para serem coletados pelas ferramentas de gerenciamento de serviço do CONTRATANTE, diretamente nos PP, utilizando o protocolo de gerência SNMP;

c) os resultados dos testes remotos devem estar disponíveis, também, na ferramenta de gerência de rede da CONTRATADA, de forma a atender aos requisitos estabelecidos na seção 3.3.6. Requisitos de Gerenciamento da Rede;

d) os resultados dos testes remotos devem ser armazenados nos ativos, durante, no mínimo, 02 (dois) ciclos completos de faturamento (mensal), sem que isto acarrete queda na performance dos PP e comprometa os demais requisitos de nível de serviço;

e) os testes devem ser realizados utilizando protocolo *UDP*;

f) a porta utilizada para os testes não devem impactar o funcionamento dos serviços prestados;

g) os testes devem ser realizados continuamente em intervalos de 5 (cinco) minutos;

h) para cada teste devem ser enviados 100 (cem) pacotes com intervalo de 40 (quarenta) milissegundos (ms) entre eles. O CONTRATANTE pode solicitar, a qualquer tempo, a alteração dos parâmetros de testes caso seja constatada a degradação da performance dos ativos e, consequentemente, do serviço prestado;

i) as configurações de testes dos ativos devem ser realizadas de acordo com as orientações do fabricante;

j) o tempo máximo de retorno do pacote (*timeout*) deve ser de 5 (cinco) segundos (s);

k) o ativo testado deve ser considerado indisponível quando todos os pacotes de testes forem perdidos; e

l) o ativo deve ser configurado para enviar um alerta *SNMP (trap)* às ferramentas de gerenciamento de serviço do CONTRATANTE, sempre que houver violação dos limites estabelecidos.

10.1.7. a CONTRATADA deve utilizar ferramentas, instrumentos e procedimentos de avaliação e monitoramento capazes de avaliar e reportar o desempenho dos serviços em relação aos níveis de serviços estabelecidos neste TR. Esses recursos devem ser disponibilizados ao CONTRATANTE por meio do sistema de gerenciamento da rede previsto na seção 3.3.6. Requisitos de Gerenciamento da Rede;

10.1.8. o relatório gerencial de acompanhamento dos níveis de serviço, previstos na seção 3.3.6. Requisitos de Gerenciamento da Rede, deve conter, no mínimo, para cada PP, os resultados das medições dos parâmetros estabelecidos em que houve a violação dos níveis de referência, com informações sobre o tempo de falha, a hora de início e fim de cada medição e a quantidade de tempo excedente (em minutos) em que o parâmetro ficou acima do limiar de testes;

10.1.9. os relatórios gerenciais de acompanhamento devem conter informações que permitam a verificação dos níveis de serviços e podem ser auditados, a qualquer tempo, pelo CONTRATANTE ou por um terceiro por ele indicado;

10.1.10. os descontos (glosas) por descumprimento dos níveis de serviço estabelecidos devem ser calculados em relação ao percentual de tempo em que cada um dos parâmetros ficou acima do limiar de teste, observando o Apêndice I;

10.1.11. o desconto por violação deve ser considerado independentemente da existência de chamados abertos pelo CONTRATANTE;

10.1.12. o desconto por violação de NS acordado não se restringe apenas ao serviço do circuito ativado;

10.1.13. para os casos em que o percentual de tempo mínimo estabelecido para um determinado parâmetro seja descumprido em mais de 5% (cinco por cento), além dos descontos correspondentes, pode ser aplicada uma multa contratual de 1% (um por cento) sobre o valor do faturamento mensal do PP, para cada 1% (um por cento) a mais de violação do índice;

10.1.14. no caso de inoperância de um PP por um período superior a 12 (doze) horas consecutivas, pode ser aplicada uma multa contratual de 1% (um por cento) sobre o valor do faturamento mensal do PP correspondente, para cada 01 (uma) hora a mais de violação;

10.1.15. no caso em que a perda de pacote, a latência e/ou *jitter* medidos nos testes remotos estejam acima do limiar estabelecidos por um período superior a 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, pode ser aplicada uma multa contratual de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do PP, para cada 01 (uma) hora a mais de violação;

10.1.16. no caso de descumprimento nos prazos estabelecidos para o atendimento de ordens de Serviço relacionadas a mudança de configuração do PP e ativação de novos PP, pode ser aplicada multa administrativa;

10.1.17. no caso de descumprimento dos prazos estabelecidos na subseção 2.3.7 - Requisitos de Suporte Técnico para atendimento dos chamados registrados, pode ser aplicada, além dos descontos correspondentes à violação dos níveis de serviço, uma multa contratual de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor mensal do PP para cada 01 (uma) hora a mais para o início do atendimento, restabelecimento do serviço e/ou aplicação da solução definitiva;

10.1.18. no caso de violação de qualquer nível de serviço, sem prejuízo da aplicação dos descontos e multas correspondentes, a CONTRATADA deve:

a) investigar e relatar as causas do problema;

b) informar ao CONTRATANTE a situação dos esforços envidados com relação a resolução do problema;

c) corrigir o problema de forma a restabelecer os níveis de serviços contratados, dentro dos prazos máximos de recuperação; e

d) tomar medidas apropriadas para evitar reincidência do problema.

2.3.8.19. a CONTRATADA deve realizar as configurações necessárias na rede para garantir os níveis de serviço estabelecidos neste TR; e

10.1.20. as exigências relativas aos Níveis de Serviço devem atender aos indicadores detalhados no Apêndice I - Acordo de Níveis de Serviço.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5. cometer fraude fiscal; e
- 11.1.6. não manter a proposta.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

11.2.2. **Multas, Moratória** (de caráter sancionatório, que objetiva penalizar o atraso) e **Compensatória** (de caráter indenizatório, sendo uma prefixação de indenização por perdas e danos), na forma abaixo especificada:

a) Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) Multa compensatória de 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

d) Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

e) Multa compensatória de 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante da Tabela 7.1; e

Tabela 7.1. Grau de Gravidade e Percentual das multas	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

f) A inexecução das obrigações assumidas especificadas na Tabela 7.2, cujo rol não é exaustivo, será aplicado o percentual de multa em concordância com a gravidade apresentada na Tabela 7.1 da subcláusula anterior.

Tabela 7.2 - Nível de Gravidade de inexecução da obrigações assumidas	
INFRAÇÃO	
DESCRIÇÃO	GRAU
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; e	2
Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia.	3
Para os itens a seguir, deixar de:	
Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	1
Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; e	1
Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	1

- 11.2.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;
- 11.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas, pelo prazo de até dois anos;
- 11.2.5. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- a) A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 7.4.1 do Termo de Referência.
- 11.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 11.3. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a União poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 11.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 11.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 11.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- 11.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;
- 11.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;
- 11.6.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;
- 11.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
- 11.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR;
- 11.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;
- 11.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público; e
- 11.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

- 12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
- 12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
- 12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

- 13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- 13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.
- 13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL01, de 18 de maio de 2020.
- 13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

..... de..... de 20....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO IV**TERMO DE COMPROMISSO PÚBLICO OU PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO**

De um lado a entidade: (nome completo da entidade), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com Estatutos Sociais registrados perante o ____ Cartório Civil da Pessoa Jurídica, neste ato representada por seu (a) representante legal (nacionalidade), (estado civil), (CPF), (RG), (residente e domiciliado na Rua “X”) infra-assinado. E de outro lado:

A entidade: (nome completo da entidade), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com Estatutos Sociais registrados perante o ____ Cartório Civil da Pessoa Jurídica, neste ato representada por seu (a) representante legal (nacionalidade), (estado civil), (CPF), (RG), (residente e domiciliado na Rua “X”) infra-assinado.

Pactuam as condições do presente compromisso de constituição de consórcio, na melhor forma de direito e segundo as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. As partes assumem o compromisso de constituir consórcio entre entidades nos termos da Lei Federal 8666/93, art. 33, inciso II e do Edital nº xx/2020, Processo Administrativo nº 60220.000554/2019-62, com o objetivo de participar do procedimento licitatório sob exame, bem como o desenvolver – em conjunto – as ações necessárias à execução do objeto.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – Do prazo de duração

2.1. O consórcio observará a duração mínima para necessária para o cumprimento de todas as etapas e obrigações decorrentes do contrato que eventualmente vier a ser celebrado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTIDADE LÍDER

3.1. Para os efeitos de representação do consórcio perante o Ministério da Defesa - MD, fica, desde já, constituída como líder, a entidade “XXXXXXXX”, cuja qualificação consta do preâmbulo deste instrumento, podendo para tanto, transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, receber intimações, ofícios, comunicações, receber e dar quitação, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, dando tudo por bom e valioso.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES

4.1. As partes se comprometem a providenciar, no prazo adequado, toda a documentação necessária à participação no certame licitatório, bem como a desenvolver em conjunto as ações necessárias à efetiva contratação.

Parágrafo único – Após a eventual seleção no certame e consecução das etapas seguintes necessárias à contratação, será firmado em termo aditivo, a cota de participação e as demais obrigações de cada parte na execução do objeto.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. O consórcio não constitui ou constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA COMPOSIÇÃO

6.1. O consórcio não terá sua composição ou constituição alterada sob qualquer forma, sem prévia anuência do Ministério da Defesa - MD, até o cumprimento de todas as obrigações decorrentes de eventual contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONSTITUIÇÃO

7.1. As empresas participantes do consórcio deverão registrar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da Homologação do certame, o instrumento de consórcio, bem como todas as alterações e aditivos.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1. Fica eleito o Foro da capital do Estado de Brasília - DF, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente termo contratual.

E, por estarem assim ajustadas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que cumpra seus efeitos legais.

Local, data e ano.

ASSOCIAÇÃO LÍDER

ASSOCIAÇÃO CONSORCIADA

Testemunhas:

1 – Nome: _____

2 – Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____

Assinatura

Assinatura

Referência: Processo nº 60220.000554/2019-62

SEI nº 2718714